

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO SÓCIO – ECONÔMICO - CSE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

***“DAS ADAM SMITH PROBLEM” - UMA ANÁLISE
COMPARATIVA DAS OBRAS A TEORIA DOS SENTIMENTOS
MORAIS E A RIQUEZA DAS NAÇÕES DE ADAM SMITH.***

**Eduardo Schmidt Passos
Florianópolis, Agosto de 2006**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**“DAS ADAM SMITH PROBLEM” - UMA ANÁLISE
COMPARATIVA DAS OBRAS A TEORIA DOS SENTIMENTOS
MORAIS E A RIQUEZA DAS NAÇÕES DE ADAM SMITH.**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 - Monografia.

Por: Eduardo Schmidt Passos

Orientador: Prof. Dr. Rabah Benakouche

Área de Pesquisa: História do Pensamento Econômico – Filosofia Moral

Palavras – Chaves: 1 – Adam Smith
2 – Economia Política
3 – Filosofia Moral

Florianópolis, Agosto de 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,5 ao aluno **Eduardo Schmidt Passos** na Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Rabah Benakouche

Presidente

Prof. Nildo Domingos Ouriques

Membro

Prof. Armando Melo Lisboa

Membro

“O, wonder!
How many goodly creatures are there here!
How beauteous mankind is!
O brave new world
That has such people in't!”

William Shakespeare, the Tempest, Act V

AGRADECIMENTOS

Ao meu professor e orientador prof. Rabah Benakouche por ter auxiliado esse marinheiro de primeira viagem a se lançar “por mares nunca de antes navegados”;

A minha sempre querida Caroline por sua indômita compaixão para com minhas idiossincrasias;

Aos meus amigos por serem o que são;

A minha família aos quais devo simplesmente tudo;

A Vida por sempre ensinar “Valeu a pena? Tudo vale a pena

Se a alma não é pequena.

Quem quer passar além do Bojador

Tem que passar além da dor.”

RESUMO

Analisaremos aqui as relações existentes entre duas obras de Adam Smith, Teoria dos Sentimentos Morais (TSM) e Riqueza das Nações (RN), e a conseqüente relação entre moral e economia. Na primeira parte analisaremos as teses de Smith sobre filosofia moral (TSM) e economia política (RN). Na segunda parte analisaremos seletivamente a controvertida recensão dessas teses, o que ficou conhecido na história do pensamento econômico como “Das Adam Smith Problem”. Essa recensão dividiu-se basicamente em duas interpretações: a primeira considera que entre a TSM e a RN haveria uma ruptura no pensamento de Smith, a segunda considera que existe uma unidade entre ambas as obras. Com relação à primeira interpretação, selecionamos a análise de Louis Dumont. E como contraponto, selecionamos a interpretação de Jean-Pierre Dupuy. Advogando a tese da unidade entre as obras de Smith, esse trabalho mostra as relações existentes entre a filosofia moral e economia para Adam Smith.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
RESUMO	6
SUMÁRIO.....	7
1. INTRODUÇÃO.....	9
1ª PARTE: TESES DE ADAM SMITH.....	13
2. REVISÃO DA TEORIA DOS SENTIMENTOS MORAIS.....	16
2.1. Apresentação	16
2.2. Das questões que deveriam ser tratadas em uma teoria dos sentimentos morais e como os diversos autores a trataram	17
2.2.1. Em que Consiste o Caráter da Virtude? Ou o que é Virtude?.....	17
2.2.2. Qual Faculdade do Espírito nos faz Aprovar ou Reprovar Determinada Ação?.....	19
2.3. A Filosofia Moral de Adam Smith	21
2.3.1 O Princípio da Simpatia como Fundamento da nossa Moralidade.....	21
2.3.2 Como Julgamos a Conduta Alheia	22
2.3.3. Da Maneira pela qual Julgamos a Nossa Própria Conduta	26
2.3.4. Da Influência dos Usos e Costumes e da Utilidade sobre nossos Julgamentos	29
2.4. Do Caráter da Virtude	30
2.5. Considerações Finais sobre a Teoria dos Sentimentos Morais: O Princípio da Simpatia como Fundamento da Sociabilidade Humana.....	33
3. REVISÃO DA RIQUEZA DAS NAÇÕES	35
3.1. Apresentação	35
3.2. Teoria Econômica de Adam Smith	35
3.2.1. A Divisão do Trabalho.....	36
3.2.3. A Origem e o uso do dinheiro	37
3.2.4. Valor de Uso e Valor de Troca.....	38
3.2.5. Preço Natural, Preço de Mercado e sua Dinâmica	39
3.2.6. Os Salários do Trabalho	41
3.2.7. Os Lucros do Capital	41
3.2.8. A Renda da Terra.....	42
3.2.9. A Natureza, o Acúmulo e o Emprego do Capital.....	42
3.2.10. O Trabalho Produtivo, Trabalho Improdutivo e o Acumulo de Capital	43
3.2.11. O Dinheiro Emprestado a Juros.....	44
3.3. A Diversidade do Progresso da Riqueza nas Diferentes Nações	44
3.4. Sistemas de Economia Política e Políticas Econômicas.....	46
3.4.1 Crítica ao Mercantilismo, ou ao Sistema Comercial	46
3.4.2. Os Sistemas Agrícolas, ou os Fisiocratas.....	49
3.5. O Estado para Adam Smith	51

3.5.1. As Atribuições do Estado.....	51
3.5.2. Fontes de Receita para o Estado e a Dívida Pública.....	53
3.6. Considerações Finais Sobre a Riqueza das Nações: A Busca pelo Interesse e a Mão Invisível como Fios Condutores da Ordem Econômica	54
2ª PARTE: “DAS ADAM SMITH PROBLEM”, SERIAM AS TESES DE ADAM SMITH ANTITÉTICAS OU NÃO?	56
4. ADAM SMITH COMO O FUNDADOR DA IDEOLOGIA ECONÔMICA (A RUPTURA DA ECONOMIA COM A POLÍTICA E COM A MORAL): ANÁLISE DE LOUIS DUMONT	58
4.1. Posição do Problema	58
4.2. A Ideologia Moderna: a Sobreposição do Econômico ao Político e ao Moral	58
4.3. Autores que Influenciaram a Visão de Smith: Quesnay, A Economia como um Todo.....	61
4.4. Autores que Influenciaram a Visão de Smith, Mandeville: A Economia e a Nova Moralidade.....	62
4.5. Autores que Influenciaram a Visão de Smith, Locke: a Teoria do Valor Trabalho e a “Substancialização” das Relações Humanas	63
4.6 Considerações finais sobre a Interpretação que Dumont Faz de Adam Smith	65
5. ADAM SMITH COMO ELO PERDIDO ENTRE A ECONOMIA E A MORAL: ANÁLISE DE JEAN-PIERRE DUPUY	67
5.1. Posição do Problema	67
5.2. A Verdadeira Lógica da Simpatia.....	67
5.3. A Compreensão do Termo Self-love como Amor-próprio e Não como Egoísmo.....	69
5.4. Considerações finais sobre a Reconciliação entre a Teoria dos Sentimentos Morais e a Riqueza da Nação.....	71
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	73
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	76

1. INTRODUÇÃO

Desde o lançamento da *Riqueza das Nações*, em 1776, o prestígio de Adam Smith com “fundador” das ciências econômicas se ampliou e se consolidou dentro do seio desta disciplina. Apesar das transformações metodológicas e conceituais que ela sofreu ao longo do tempo, sucessivas correntes do pensamento econômico ainda proclamam Adam Smith como sua fonte de inspiração.

Apesar desta relativa unanimidade em torno da sua importância dentro do pensamento econômico, quando tratamos do contexto geral de sua obra, que tem como os dois principais pilares as obras *Teoria dos Sentimentos Morais ou Ensaio para uma análise dos princípios pelos quais os homens naturalmente julgam a conduta e o caráter, primeiro de seus próximos, depois de si mesmo (TSM)* de 1759, e *Uma Investigação sobre a Natureza e Causas da Riqueza das Nações (RN)* de 1776, as opiniões divergem seriamente.

Na *TSM*, Smith é influenciado por seu professor de Filosofia Moral, Francis Hutcheson – um dos maiores teóricos protestantes da Filosofia do Direito Natural – e pelo seu amigo e filósofo empirista David Hume. Nela, ele rejeita as teorias do egoísmo intrínseco do ser humano profetizadas por Hobbes, Mandeville e posteriormente Rousseau. Também rejeita a visão utilitarista para explicar as origens das regras morais, ao mesmo tempo em que afirma que nossas noções de moral e estética são baseadas em nossos sentimentos. Em seu sistema moral, segundo comenta o biógrafo de Smith, Ian Ross (1999, p. 23), “ele desvenda o papel da solidariedade nas transações humanas, através da qual nós naturalmente julgamos a conduta e o caráter de outros e então, de acordo com Smith, os nossos próprios”. Assim, na *TSM*, Smith desvenda o papel da simpatia como princípio harmonizador das paixões humanas.

O segundo livro, publicado em 1776, após sua viagem pelo Continente, recebe a influência do iluminismo francês e do materialismo da escola *Fisiocrata*. Nele, Smith tinha como objetivo, segundo suas próprias palavras, (1996, p. 61) “explicar em que constitui a receita ou renda do conjunto do povo, ou qual foi a natureza desses fundos que, em épocas e nações diferentes, asseguraram seu consumo anual.” Nesta obra, segundo Winston Fritsch autor da introdução da *Riqueza das Nações*, emergem duas concepções pioneiras e revolucionárias:

A primeira é a análise dos fenômenos econômicos como manifestações de uma ordem natural a eles subjacente, governada por leis objetivas e inteligíveis através de um sistema coordenado de relações causais. (...) A segunda é a doutrina segundo a qual essa ordem natural requer para operação eficiente a maior liberdade individual possível na esfera das relações econômicas, doutrina cujos fundamentos racionais são derivados de seu sistema teórico, já que o interesse individual é visto por ele como motivação fundamental da divisão social do trabalho e da acumulação de capital, causas últimas do crescimento do bem estar coletivo (Fritsch *in*: Smith, 1996 p. 15).

Essa ordem natural que governaria os fenômenos econômicos, que para operar de maneira eficiente necessitaria que os indivíduos apenas agissem de acordo com seus próprios interesses, procurando o que é melhor para si. Cabendo aos mecanismos internos dessa ordem natural “a mão invisível” harmonizar os diversos interesses e direcioná-los ao Bem Comum.

Algumas leituras tradicionais de Smith tendem a considerar as duas obras como antitéticas, sendo o Adam Smith da TSM um jovem filósofo moral romântico e imaturo, cuja obra seria irrelevante para se compreender o economista maduro da RN. Leituras estas que contribuíram para a imagem caricata de um economista defensor irrestrito do *laissez-faire*, apologista do egoísmo e da busca do interesse individual como forma de se obter o bem-estar para os indivíduos e para a sociedade. Essa interpretação está no centro da formação da economia enquanto ciência, principalmente os economistas neoclássicos que tendem a deixar de lado a filosofia moral de Adam Smith, e defendem ao menos involuntariamente a idéia de que teria havido uma ruptura em seu pensamento de Smith, que ficou conhecido como *teoria da reviravolta*.

Entretanto, uma segunda leitura da obra de Smith, que durante quase dois séculos se manteve periférica, mas resistente e produtiva, vem ganhando força com novos interpretes da obra de Smith. Segundo eles, a TSM não seria fruto de um jovem filósofo imaturo, e sua leitura seria indispensável para a real compreensão de seu sistema econômico expresso na RN. Esse enfoque também tende a dar mais atenção às dimensões éticas e políticas e como essas se inter-relacionam com a economia, além de não ver a economia como o determinante da política e da ética.

Essa dúvida não é em vão, pois ao compararmos ambas as obras, nos defrontamos com sentenças tais como:

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro, do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração de que eles têm seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca lhe falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles (Smith, 1996 p. 74).

Sendo que, 17 anos antes, o mesmo autor publicou a seguinte sentença:

E daí resulta que sentir muito pelos outros e pouco por nós mesmos, restringir nossos afetos egoístas e cultivar os benevolentes, constitui a perfeição da natureza humana; e somente assim se pode produzir entre os homens a harmonia de sentimentos e paixões em que consiste toda a sua graça e propriedade (Smith, 1999 p. 26).

Ele afirmou que nossos julgamentos sobre a propriedade das ações dos outros, assim como julgamentos estéticos devem ser baseados nos sentimentos e não na razão, e que a benevolência constitui a máxima perfeição humana. Anos depois, ele afirma que a busca pelo interesse individual é fundamental para o enriquecimento da nação e da coletividade.

Diante destes problemas, “*Das Adam Smith Problem*”, como ficou conhecido pela escola histórica alemã, e com base na obra de Adam Smith e no referencial bibliográfico selecionado, faremos uma comparação entre as duas obras publicadas em vida pelo autor, *Teoria dos Sentimentos Morais* e *A Riqueza das Nações*. Nesta análise buscaremos as coerências, nexos, contradições e transformações ocorridas no seu pensamento, durante o intervalo de 17 anos que separa as duas obras.

Para isso identificaremos os principais pontos da Filosofia Moral de Adam Smith na *Teoria dos Sentimentos Morais*, como os conceitos de simpatia, mútua simpatia, prudência, solidariedade e virtude. Com isso, contextualizar sua filosofia no debate iluminista da sua época assim como no debate clássico sobre filosofia moral.

Também identificaremos os principais pontos da Economia Política de Adam Smith na *Riqueza das Nações*, e definiremos os conceitos-chaves como interesses, egoísmo, divisão do trabalho, trabalho produtivo e improdutivo, mão invisível, a sua visão do Estado, entre outros. Analisaremos como está estruturado o sistema econômico de Smith, e como este se situa no debate geral das ciências econômicas da sua época, assim como na atual.

Feita a exposição das teses de Adam Smith, passaremos a analisar como se deu a recensão de suas obras e as divergências que surgiram em torno da sua interpretação nesses mais de dois séculos que nos separa. Sendo esse debate muito amplo, o que

demandaria uma obra monumental para abarcá-lo em sua plenitude, abordaremos apenas dois autores para representar esse paradigma entorno da obra de Adam Smith.

Ao analisarmos a hipótese de que teria ocorrido uma ruptura no pensamento de Smith, a *teoria da reviravolta*, além disso, que sua filosofia moral não serviria em nada para explicar o modo como a economia é operada, e que Smith seria o responsável por essa ruptura entre a moralidade e a economia, adotaremos como base a obra *Homo Aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica*, de Louis Dumont. Com isso, exporemos os argumentos que o levaram a defender essa tese e as implicações que essa tese tem para a compreensão do pensamento de Smith.

Como antítese a tese de Dumont, cotejaremos o artigo publicado por Jean-Pierre Dupuy: “A emancipação da economia em relação à moral: Adam Smith¹” no qual o autor rejeita a hipótese de que haveria uma ruptura no pensamento de Smith. Além disso, vê na compreensão do conjunto da obra a possibilidade da reconciliação entre a economia e a filosofia moral.

¹ Publicado originalmente com o título “De l’émancipation de l’économie: Retour sur le problème d’Adam Smith, em *L’Année sociologique*”, 1987, 37, pp. 311-342.

1ª PARTE: TESES DE ADAM SMITH

Nessa primeira parte do trabalho serão expostas as teses de Adam Smith, contidas nos dois únicos livros publicados pelo autor. Primeiramente, será tratada sua Filosofia Moral contida na *Teoria dos Sentimentos Morais* (TSM), em seguida, trataremos de sua Economia Política, abordada no livro *A Riqueza das Nações* (RN).

Além dessas duas obras publicadas em vida pelo autor, atualmente temos a disposição uma série de artigos publicados pelo autor ao longo de toda sua vida que estão reunidas com o nome de *Essays on Philosophical Subject*, e coletâneas de manuscritos, notas de aulas e correspondências que estão reunidas em dois volumes com os nomes de *Lecter on Jurisprudence*, e *Lectures on Rhetoric and Belles Lettres*.

Nesses trabalhos o autor trata dos mais variados assuntos tais como: astronomia, física antiga, literatura, artes imitativas, etc. Infelizmente deixaremos as teses contidas nessas outras publicações ao largo, para que possamos nos concentrar nas duas obras que Adam Smith dedicou maior esforço e tempo.

Aos economistas que temos hoje, a idéia de que um economista possa ter escrito um tratado filosófico e anos após um tratado econômico, juntamente com textos sobre astronomia e literatura, é no mínimo exótica. Pois uma intransponível distância separa o saber enciclopédico de Smith e seus conterrâneos iluministas, que estavam acostumados a dialogarem com todos os campos do saber, do economista (cientista) moderno que cada vez mais entende muito de um campo cada vez mais restrito do saber, onde o diálogo entre as diferentes áreas de uma mesma ciência, como a economia, estão se rarefazendo. Para que o diálogo entre essas duas obras não seja cacofônico, é necessário ilustrar brevemente o contexto intelectual de Smith, e como a TSM e RN surgiram como fruto do iluminismo e do deslumbramento desses homens com o paradigma newtoniano.

O objetivo de Smith bem como seus conterrâneos era aplicar o método usado por Newton na explicação das forças ocultas que regiam os diversos fenômenos naturais, para a explicação dos fenômenos sociais. Do mesmo modo que Newton, baseado na experiência, descobriu as três leis que governariam o movimento dos corpos físicos, Smith também se propôs a desvelar as leis que governariam o modo pelos quais os homens julgam a conduta e o caráter do próximo e de si mesmo (TSM), e as leis que

determinaria o aprimoramento das forças produtivas e a diversidade no progresso das diferentes nações em diferentes épocas (RN). Ambos compreendiam o mundo como que criado por um Deus que engendraria princípios que governariam a realidade de forma harmoniosa. Tal como um relojoeiro que cria um relógio, “a mão divina arranjará e porá em movimento as peças que compõem a natureza” (Cerqueira 2006, p.17). Caberia ao “cientista” revelar esses princípios. Entretanto, essa visão de um universo ordenado por leis divinas não começa em Newton, ela remonta aos filósofos estoicos que tiveram grande influência sobre Smith e alguns dos seus contemporâneos. Podemos verificar essa coincidência de método nesse trecho em que Cícero nega, como Smith, o racionalismo: “A lei não foi inventada pelo gênio humano nem foi uma decisão arbitrária dos povos, mas é algo eterno, que rege todo mundo com sábios mandamentos e proibições” (Cícero *apud* Reale 2002, p.354).

Essa concepção de mundo será facilmente percebida na TSM, onde Smith claramente concebe a realidade, como que ordenada teleologicamente por um Deus. “A felicidade dos homens, assim como todas as outras criaturas racionais, parece ter sido o propósito original do Autor da Natureza quando os criou.” (Smith 1999, p. 200). Assim o princípio da *simpatia* que Smith desvela, seria o responsável por guiar os homens para o fim proposto pela divindade, e esse princípio ativaria uma série de mecanismos que ordenariam os homens de tal modo que buscassem sua felicidade, sem intervir na felicidade dos outros homens, e se possível contribuir, mesmo que involuntariamente através da *mão invisível* da divindade, para a Bem comum da sociedade.

Método semelhante também é observado na RN apesar dessa obra ter seu objeto de estudo um campo mais restrito, a saber, a economia. Entretanto, quando analisarmos a RN, veremos como Smith desvela o princípio da divisão do trabalho, e com ele revela uma série de outros mecanismos, que estavam ocultos como a questão do valor, do dinheiro, etc. Também ficará claro esse ordenamento do universo ao bem comum quando analisarmos a questão dos sistemas de economia política e das diferenças entre o progresso das diversas nações, onde a resposta para o progresso das nações estará justamente no que Smith chama de *sistema de liberdade natural*, que consiste basicamente em deixar que os homens se preocupem somente com seus próprios interesses – “felicidades” –, que no caso da Riqueza é restrita apenas ao acúmulo de bens materiais, onde eles serão guiados por uma “mão invisível”, melhorando a qualidade de vida de toda a sociedade.

Tendo como pano de fundo o “método newtoniano”, exporemos as teses de Smith de maneira linear. Opção realizada, na tentativa de sermos o mais fiel possível ao modo que Smith, expôs suas obras. Por isso, também realizaremos a revisão das obras de maneira independente, seguindo os passos do próprio Adam Smith, que ao longo de toda a RN não se remete nenhuma vez aos temas tratados na TSM. Deste modo nos ateremos aos mecanismos que ele considerou importante de serem tratados numa obra de filosofia moral, e numa obra de economia política, desvelando como esses se relacionam e se harmonizam entre si. Deixaremos as análises das conexões e tensões entre ambas na segunda parte do trabalho, onde discutiremos “Das Adam Smith Problem”.

2. REVISÃO DA TEORIA DOS SENTIMENTOS MORAIS

2.1. Apresentação

A *Teoria dos Sentimentos Morais* constitui um livro denso e profundo, no qual Adam Smith trata de conceitos e idéias extremamente abstratas e sutis. Esses conceitos e idéias vão surgindo de uma maneira quase que caótica, intercalando-se com longas digressões históricas e exemplos práticos. Idéias e conceitos, que no decorrer da obra vão aos poucos adquirindo organicidade, e revelando os detalhes da filosofia moral de Smith.

O estilo que Smith adota para expressar sua filosofia moral, juntamente com aridez do próprio tema, não ajuda muito o seu entendimento². Para tentar superar essas dificuldades na nossa exposição da filosofia moral de Smith, realizaremos uma inversão na ordem que Smith utilizou para expor suas idéias. Portanto, começaremos pela parte VII do livro “Dos Sistemas de Filosofia Moral”, onde o autor primeiramente aponta quais os princípios de moral deveriam ser tratados num sistema de moralidade, e analisa de que maneira os diversos filósofos morais trataram desses princípios. Utilizaremos esse grande quadro que Smith pinta sobre os temas e a história da filosofia moral, para servir como uma pequena propedêutica, para que assim possamos entrar no sistema moral de Smith de uma maneira mais acessível.

Tão logo feita esta propedêutica, iniciaremos a exposição pelo conceito de *simpatia*, para somente depois passarmos a analisar o modo pelo qual julgamos a conduta alheia e a nossa, passando por uma investigação sobre o ponto de vista de Adam Smith sobre o caráter da virtude. E finalizando com considerações finais sobre a filosofia moral de Adam Smith e como o conceito de *simpatia* fornece a coesão social.

² Ele muitas vezes utiliza sinônimos para expressar conceitos que deveriam ser precisos, como o conceito de *Simpatia* que é muitas vezes substituído pela palavra *Solidariedade*. Em português, como já sabemos, não possui o mesmo sentido.

2.2. Das questões que deveriam ser tratadas em uma teoria dos sentimentos morais e como os diversos autores a trataram³

Para Smith, todos os sistemas de filosofia moral que ao longo da história gozaram de alguma reputação, tiveram seus fundamentos em princípios naturais. Tendo eles, de uma maneira ou de outra, seus fundamentos em princípios da natureza. Logo, todos de certa maneira estão corretos e, de alguma forma, coincidem com o sistema elaborado por Smith, embora muitos deles apresentem uma visão parcial e imperfeita da natureza, que Smith tentará corrigir.

Segundo Smith ao se tratar de princípios morais é necessário considerar duas questões. Primeiramente, em que consiste o caráter da Virtude. Em outras palavras, qual é o caráter e qualidade comuns aos diferentes tipos de virtude. A segunda questão seria qual poder ou faculdade do espírito nós faz considerar determinada ação certa ou errada; e considerar um objeto de aprovação, honra e recompensa, e outra, de vergonha, censura e castigo.

2.2.1. Em que Consiste o Caráter da Virtude? Ou o que é Virtude?

A investigação acerca do caráter da virtude, “ou do temperamento do espírito que constitui o caráter excelente e louvável podem ser reduzidas a três classes diferentes” (Smith, 1999 p. 335). O primeiro grupo vê a virtude como o bom governo de nossos afetos (egoístas e benevolentes), logo, a virtude coincidiria com a *conveniência*. De acordo com outros, a virtude consiste na busca de nossos interesses e felicidades particulares, ou seja, no governo de nossos afetos egoístas, com isso, a virtude coincidiria com a *prudência*. No último grupo estão os autores que fazem da virtude coincidir com a busca da felicidade dos outros, segundo esses, a virtude coincidiria com a *benevolência*.

Platão, Aristóteles e Zenão são os principais integrantes do primeiro grupo. E, cada um a sua maneira, acreditava que a virtude consiste na *conveniência*, ou seja, a adequação dos afetos ao objeto que o suscita. Platão via a virtude no perfeito acordo

³ Não cabe a presente obra entrar no mérito dessa divisão adotada por Adam Smith, assim como da análise que o mesmo faz das diversas filosofias morais.

entre as três partes da alma: irascível (responsável por nos defender das ofensas), racional (julgar o certo e errado), e concupiscente (atender as necessidades do corpo), ou seja, a virtude como Temperança. Já para Aristóteles, a virtude está no meio termo entre dois vícios opostos; assim, por exemplo, a Fortaleza ou Coragem encontra-se no meio termo entre covardia e precipitação presunçosa. O fundador da doutrina estóica, Zenão, dizia que todos os animais são por natureza dotados de amor a si mesmo. Assim, a virtude e a conveniência da conduta consistiriam em escolher aquilo que preserva a vida em oposição aquilo que a destrói. Deste modo, a virtude seria viver harmoniosamente, seguindo as leis da natureza.

Dos sistemas que fazem a virtude consistir na *prudência*, temos como mais antigo representante a doutrina de Epicuro, segundo o qual o prazer e a dor do corpo seriam respectivamente os únicos objetos de desejo e de aversão. E a virtude da *prudência* estaria em sua utilidade, ao nos fazer adiar prazeres menores, a fim de nos deleitarmos mais no futuro. “Por isso dizemos que o prazer é princípio e o fim do viver feliz” (Epicuro *apud* Reale 2002 p.204).

Os sistemas que fazem a virtude coincidir com a *benevolência* são uns dos mais antigos que existem e nele podem-se agrupar todos os filósofos neoplatônicos e os pais da Igreja Cristã. Segundo eles, a perfeição humana assemelha-se ao Divino, logo, deveria possuir o mesmo princípio que regula as ações divinas, ou seja, a caridade, o amor e a *benevolência*. Entre esses filósofos se encontra o professor Hutcheson, antigo mestre de Adam Smith, que como veremos adiante, influenciou fortemente sua filosofia moral.

Além desses três grandes grupos que supunham a existência da virtude e tentaram definir o caráter dela, Smith dedica um capítulo a um quarto grupo, o qual chama de sistemas licenciosos, que segundo ele, abolem toda distinção entre vícios e virtudes. Mandeville, o elaborador desse sistema, considera que qualquer ação por mais conveniente e respeitável que seja nunca será feita por amor ao próximo, mais sim por vaidade, logo, não haveria verdadeira virtude. A outra tese de Mandeville é que vícios privados são benefícios públicos, tese essa que muitas vezes é creditada a Smith. Segundo essa tese, os homens preocupam-se apenas com seus próprios interesses e estariam, assim, automaticamente melhorando as condições de toda a sociedade.

2.2.2. Qual Faculdade do Espírito nos faz Aprovar ou Reprovar Determinada Ação?

Depois da investigação acerca da natureza da virtude, que Smith considera mais importante devido a sua aplicação prática em oposição à segunda questão que é de caráter meramente especulativo, a questão mais importante em Filosofia Moral segundo Smith:

Diz respeito ao princípio da aprovação, ou poder ou faculdade do espírito que faz certos caracteres nos serem agradáveis ou desagradáveis, obriga-nos a preferir uma linha de conduta a outra; leva-nos a determinar uma correta e a outra errada e a considerar a primeira como objeto de aprovação, honra e recompensa, a outra, de vergonha, censura e castigo (Smith 1999, p.391).

Smith identifica três explicações acerca desses princípios. A primeira vê apenas no amor a si próprio como princípio regulador dos nossos juízos sobre a conduta alheia, ou seja, avaliamos a conveniência ou não de uma ação, nossa ou de terceiro, apenas pela maneira como ela nos torna mais feliz ou infeliz. Para outros a mesma faculdade que nos permite distinguir o falso do verdadeiro também nos permite distinguir o adequado do inadequado, ou seja, a razão seria a faculdade responsável pela aprovação ou reprovação das condutas. A última explicação consiste naqueles que vêm nos sentimentos e nas emoções imediatas de aversão ou satisfação, que determinada ação nos inspira, o princípio de aprovação ou desaprovação da natureza humana.

Hobbes e seus seguidores viam que os homens no estado de natureza, buscam refúgio na sociedade civil não por amor natural à sua própria espécie, mas pelo desejo de segurança, conforto e autopreservação, ou seja, pelo amor próprio, que somente a sociedade civil poderia lhe prover. Então, sendo o homem movido pelo amor próprio, e tendo a sociedade civil como único meio de se preservar, toda e qualquer ações que perturbasse a sociedade humana seria vista como o vício; e a virtude, ao contrário, seria tudo aquilo que tenderia a conservar a sociedade humana. Logo o princípio de aprovação de nossas condutas, e da conduta alheia seria o amor próprio, o que nos orientaria a assumir as leis do magistrado civil como único critério de justo e injusto, certo e errado.

O segundo grupo de autores observou que as leis, contrariando Hobbes, não poderiam ser a primeira e a única causa das distinções entre certo e errado, pois o nosso espírito já possui antes uma noção desta distinção. E esta noção derivaria da razão. Logo, o mesmo princípio que nos faz julgar a verdade e a falsidade de uma proposição,

também distinguiria o caráter virtuoso do vicioso. Smith, apesar de pôr limites à razão como princípio original de todos os nossos juízos morais, reconhece a sua importância no estabelecimento de regras gerais de moralidade. Conceito esse que é de grande importância para o seu sistema moral, como veremos adiante.

O Dr. Hutcheson, pertencente ao terceiro grupo, negava que o princípio de aprovação estava fundado no amor a si próprio e na razão. Pensou ele, pois, que esta faculdade do espírito caberia a um poder peculiar de percepção, que chamou de senso de moral. Assim, ao vermos uma ação virtuosa, nossa alma naturalmente se agrada e se sente satisfeita, assim como ao vermos o contrário ela se desagrada e repugna. Esse sistema é de fundamental importância para a filosofia moral de Smith, como poderemos ver quando analisarmos sua filosofia moral. Segue abaixo um pequeno trecho no qual Smith sintetiza o mecanismo de funcionamento do nosso senso de moral para Hutcheson:

Quando aprovamos algum caráter ou ação, os sentimentos que experimentamos, segundo o sistema acima citado, derivam de quatro fontes, em alguns aspectos diferentes entre si. Primeiro, simpatizamos com os motivos do agente; segundo, participamos da gratidão dos que recebem benefício de suas ações; terceiro, observamos que sua conduta obedece às regras gerais por meio das quais essas duas simpatias geralmente agem; e, por último, se considerarmos tais ações como parte de um sistema de conduta que tende a promover a felicidade do indivíduo ou da sociedade, então dessa utilidade poderá resultar certa beleza, não muito distinta da que atribuímos a qualquer máquina bem engendrada (Smith 1999, p. 406).

Como poderemos analisar a seguir, a noção de Adam Smith de *simpatia* e o modo como ela é processada é em grande parte originária do conceito de senso de moral de Hutcheson. Sendo assim, nosso autor aprofunda sua explicação ao inserir o fenômeno da imaginação como catalisador do processo de simpatia e o princípio da mútua simpatia como a trama que uniria os seres humanos.

Feita essa pequena introdução aos temas de filosofia moral (qual o caráter da virtude, e qual a faculdade que nos faz considerar determinada ação objeto de aprovação ou reprovação) e os filósofos que estavam inquietando Smith e seus contemporâneos, inquietações que levaram o jovem Smith a escrever a Teoria dos Sentimentos Morais, analisaremos na seção seguinte o modo como Smith elabora sua filosofia moral, sendo como norte as inquietações de seus contemporâneos.

2.3. A Filosofia Moral de Adam Smith

2.3.1 O Princípio da Simpatia como Fundamento da nossa Moralidade

A questão fundamental da filosofia moral de Smith é: por mais egoísta que seja um homem, ele sempre se interessará pela sorte do outro. Pois todos os homens são dotados de sentimento para com a sorte dos outros e para consigo mesmo. Ninguém permanece indiferente à desgraça ou fortuna dos outros.

Quando vemos que um golpe está prestes a ser desferido sobre a perna ou braço de outra pessoa naturalmente encolhemos e retiramos nossa própria perna ou braço; e, quando o golpe é finalmente desferido, de algum modo sentimos e somos por ele atingidos quanto quem de fato sofreu (Smith 1999, p. 6).

Deste exemplo, a questão que surge é qual faculdade ou princípio da nossa natureza nos faz experimentar as situações dos outros e compartilhar com eles das suas paixões. O princípio que nos faz solidarizarmos com a dor e a alegria dos outros é a *simpatia*. A noção de simpatia é muito importante para os chamados “filósofos dos sentimentos morais”, grupo de filósofos que afirmam que o nosso conhecimento das paixões alheias surge da possibilidade da nossa participação nessas paixões e da nossa capacidade de nos solidarizarmos com elas. Nesse grupo de filósofos, além de Adam Smith, encontra-se Francis Hutcheson, Shaftesbury e David Hume. Entretanto, em Smith este conceito adquire um significado mais completo e importante, ao ponto de Smith fazer do termo o eixo de todo o seu sistema moral.

Por conseguinte, para Smith a simpatia não é apenas a possibilidade de sentirmos um afeto pelas paixões doutrem, mas sim a possibilidade de reproduzirmos em nós mesmo as paixões do sujeito. E com isso ela se torna fundamento de toda a sociabilidade para Smith. Pois, quando agirmos, levaremos em consideração não apenas os sentimentos de quem foi objeto de nossa paixão, mas também os afetos de terceiros, que ao ver nossa atitude se colorará no lugar do objeto se sensibilizará com ele e julgará nossa ação.

Esse processo de simpatizarmos com as paixões dos outros não deriva apenas da visão que temos da dor ou da alegria alheia, mas se dá partir da nossa própria experiência – Smith nega que as noções de morais sejam inatas ao ser humano –, pois assim, podemos ter uma idéia do que se sucede no espírito dos outros. Deste modo, ao

nos *imaginarmos* no lugar do próximo e como reagiríamos nesses casos, podemos simpatizar ou antipatizar com a conduta alheia e julgá-la. E o mais importante é que com esse processo, além de julgarmos a atitude dos outros, também julgamos as nossas. Pois, ao fazermos uma ação, nós imediatamente nos colocamos no lugar do outro, através da imaginação, e julgamos se nossas ações são corretas ou erradas.

Adam Smith identifica uma grande Providência do Autor⁴ da natureza ao deixar nossos julgamentos morais, um princípio de fundamental importância para o bem-estar e para a conservação da sociedade e da vida humana, ao cargo de nossos instintos primários e imediatos, a simpatia, ao invés das lerdas e inseguras determinações da razão humana.

Portanto, embora o homem seja naturalmente dotado de um desejo de bem-estar e conservação da sociedade, o Autor da natureza não confiou a razão descobrir que uma certa ação punitiva constitui o meio adequado para alcançar esse fim; dotou-o, entretanto, de uma imediata e instintiva aprovação daquela aplicação, a qual é mais adequada para alcançá-lo (Smith 1999, p.94).

Sendo a simpatia, e não a razão nem o amor a si, o princípio que fundamenta nossas noções de moralidade, veremos a seguir como Smith constrói seu arcabouço teórico e como se dá o processo no qual julgamos as condutas alheias.

2.3.2 Como Julgamos a Conduta Alheia

Nossos juízos morais são objetos de duas percepções distintas: primeiro relativo à conduta, se ela é *conveniente ou inconveniente*, ou seja, ao vermos a ação do outro julgamos se ela é certa ou errada; a segunda percepção é relativa ao *senso de mérito ou demérito* do agente, ou seja, se a conduta alheia merece ser objeto de recompensa ou de castigo.

⁴ Ao falar de Deus, Smith emprega muitos sinônimos como: Divindade, o Autor da Natureza, a Providência, etc. Mas o sentido que ele dá a divindade, é em grande parte originária da doutrina estoica da natureza, que vê o mundo como um grande e complexo conjunto de engrenagens funcionando harmoniosamente segundo as leis da Providência. E é esse universo harmônico e operado segundo leis naturais, que está por trás de conceitos como a “mão-invisível”, onde a ganância dos ricos promoveria o bem estar de toda a sociedade. E o único caminho existente para opulência de estado seria deixar a natureza seguir o seu curso natural em um regime de liberdade natural.

O senso de conveniência⁵ das ações surge do prazer que a mútua *simpatia* nos desperta, pois nada nos agrada mais que a solidariedade dos outros para com nossas emoções, e o contrário, a indiferença dos outros para com a nossa desgraça nos deixa aflitos. Assim, o compartilhamento das aflições funciona como uma válvula de escape da solidão que nossas emoções nos trás, com isso, os homens necessitam da simpatia dos outros para aliviar suas angústias:

Como ficam aliviados os infelizes quando encontram uma pessoa a quem podem comunicar a causa de sua dor! Com essa simpatia parecem livrar-se de parte de sua aflição; e não sem razão se diz que essa pessoa partilha dela. Não apenas sente uma dor da mesma espécie que ele sente, mas é como se houvesse transposto parte dela para si própria; o que ela experimenta parece aliviar o peso do que eles sentem (Smith 1999, p. 12).

Do modo como naturalmente simpatizamos ou não com a conduta e as paixões alheias surge o importante fundamento da moralidade e conseqüentemente da sociabilidade para Adam Smith. Quando as paixões de uma pessoa estão em perfeita concordância com as emoções do espectador, este impreterivelmente toma-as como justas e como suas próprias, e adequadas com o objeto que as suscitou. Do contrário, quando o espectador toma as paixões alheias como injustas e impróprias, ele julga-as inadequadas. Portanto, a medida pela qual um homem julga as ações do outro é a medida pela qual ele julga as suas próprias ações. Como deixa claro Smith na passagem abaixo:

Toda faculdade de um homem é a medida pela qual ele julga a mesma faculdade em outro. Julgo sua visão pela minha visão, seu ouvido por meu ouvido, sua razão por minha razão, seu ressentimento por meu ressentimento, seu amor por meu amor. Não possuo nem posso possuir nenhum outro modo de julgá-las (Smith, 1999 p. 18).

Julgar a conveniência de determinada paixão não é um processo meramente qualitativo – o ressentimento para com uma ofensa não pode ser tomado sempre como inconveniente –, mas também quantitativo; a intensidade das paixões também afeta a

⁵ O autor emprega o termo “propriety”, que em inglês tem um significado mais restrito: moral and social behavior that is considered to be correct and acceptable (Oxford Dictionary, 6ª ed.). Já o termo em português usado na tradução é “conveniência”, que possui um significado mais amplo: qualidade do que é conveniente; interesse; vantagem; conformidade; decência (Dicionário Pribram). Então, para se evitar confusão com o termo, “conveniência” deve ser entendido como a adequação, a conformidade de uma ação.

sua conveniência ou não – mesmo paixões como a generosidade, quando em excesso nos parecem inconvenientes, apesar de nunca nos causar aversão.

As *paixões insociáveis* como o ódio, ressentimento, a fúria e suas variações, que apesar de serem desagradáveis e até desprezíveis, são uma parte necessária da natureza humana. Nos indigna tanto, a covardia de alguma pessoa que, diante de uma ofensa permaneça quieta, submetendo-se aos insultos sem demonstrar nenhuma reação, quanto a insolência do seu adversário. Esses tipos de paixões promovem o ressentimento e ódio entre o sujeito e o objeto. Mas, promove a *simpatia do espectador imparcial*⁶ quando este toma claro conhecimento das motivações do agente. Embora essas paixões sejam e si mesmas desprezíveis, elas são de extrema utilidade pública e individual, pois elas tornam arriscadas as ofensas e injustiças entre os homens, além de servirem de excelente antídoto contra iniquidade e injustiça dos soberanos.

Além das paixões citadas acima, que apesar de sua utilidade dividem os seres humanos, existe um outro grupo de paixões que são responsáveis por uma dupla *simpatia* entre o sujeito e o objeto das paixões, além do *espectador imparcial*. Elas são as *paixões sociáveis* como: a bondade, compaixão, humanidade, amizade e todos aqueles afetos que agradam até mesmo o espectador mais indiferente.

Existe também um terceiro grupo, as *paixões egoístas*, que ocupam uma posição intermediária entre os seus predecessores. Elas surgem da dor e alegria concebidas de acordo com nossa boa ou má *fortuna*. Como a alegria que emana de alguém que por um golpe da *fortuna* adquire uma grande riqueza, segundo Smith (1999, p. 49), nós simpatizaríamos com essa alegria: “Alegria é uma emoção agradável, (...) Portanto, simpatizamos prontamente com a alegria de outras pessoas, sempre que a inveja não nos prejudique”.

Assim como simpatizamos com a alegria dos outros, também simpatizamos com a dor alheia, sendo que este último sentimento é muito mais vivo, intenso e universal, fazendo com que muitas vezes lutemos para inibi-lo, com o objetivo de aliviar nosso sofrimento. Assim, os homens são mais dispostos a simpatizar com alegria do que com a dor alheia, disto surge uma propensão natural da humanidade a exibir a riqueza e esconder a pobreza. Considerando esse sentimento da humanidade os homens naturalmente perseguem a riqueza e evitam a pobreza.

⁶ Outra concepção inovadora de Smith é a do espectador imparcial; que é nosso próprio “eu”, nosso espírito, que transcende da posição de ator da realidade, e julga nossa ação da posição de observador de si mesmo. É o que fundamenta nossa consciência.

Essa organização da natureza faz com que simpatizemos com a fortuna dos outros e evitemos o infortúnio, onde uma ilusão de suposta felicidade advinda das riquezas materiais incita os homens a um contínuo movimento de engenho, que constitui a mola propulsora do progresso. Pois, por mais egoísta e injusto que seja um senhor de terras, por mais que ele cultive sua terra somente para aumentar sua riqueza, ele terá sempre seu desejo limitado pelo tamanho de seu estômago e consumirá apenas um pouco mais que seus pobres trabalhadores. Embora a Providência ter-nos feitos diferentes em relação as nossas condições materiais, ela fez com que os insaciáveis desejos dos mais ricos os incitassem a promover melhorias na sua produção e que os benefícios dessas melhorias fossem, segundo Smith (1999, p. 226) “conduzidos por uma *mão invisível*” a fazer uma divisão das riquezas entre as camadas mais pobres. Além de ter nos propiciado meios de saciarmos nossas necessidades do corpo, a Providência colocou todos em igual posição no que diz respeito à verdadeira felicidade, a felicidade do espírito.

Apesar de Smith ver a busca pela riqueza como parte da natureza humana – influência do realismo de Maquiavel –, ele não toma essa tese de maneira apologética, mas sim de uma maneira crítica, sem, entretanto, negá-la, ele identifica essa propensão na necessidade de sermos notados e aprovamos pelos outros, ou seja, que os outros simpatizem conosco. E expõe sua visão de maneira claríssima:

Qual a finalidade da avareza e ambição, da busca de fortuna, poder e preeminência? Será para suprir as necessidades da natureza? Os salários do mais humilde trabalhador pode supri-las. (...) Pois de onde, então perpassa todas as diferentes ordens de homens, e a que benefícios aspiramos com esse grande propósito da vida humana a que chamamos melhorar nossa condição? (...) É a vaidade, não o bem-estar ou o prazer que nos interessa. Mas a vaidade sempre se funda sobre a crença de que somos objetos de atenção e aprovação (Smith 1999, p.59-60).

Essa disposição da humanidade de admirar os ricos e poderosos e desprezar os de condições mais pobres e humildes, é a origem do princípio da hierarquia e da ordem na sociedade. Porém, também é a maior causa da corrupção de nossos sentimentos morais, pois, normalmente o caminho que leva fortuna segue em direção oposta ao caminho da virtude.

Até aqui analisamos como os homens julgam a conduta e as ações dos outros com relação a sua *conveniência ou inconveniência*, ou seja, se estas condutas e ações merecem ser objetos de aprovação ou não. Agora analisaremos outro tipo de qualidades

com relação à conduta alheia, *o senso de mérito e demérito*, os quais são objetos de recompensa ou punição.

Toda a ação que suscitar o sentimento de gratidão será objeto de recompensa (devolver o bem pelo bem que se recebeu), da mesma maneira, toda ação que despertar o sentimento de ressentimento será objeto de castigo ou punição (devolver o mal pelo mal que se fez). Assim como as demais paixões da natureza humana, a gratidão e o ressentimento são julgados apropriados e aprovados quando cada *espectador imparcial* simpatizar inteiramente com elas.

Assim, o senso de mérito constitui num sentimento composto, pois, primeiramente simpatizamos diretamente com a ação do agente e também simpatizamos indiretamente com a gratidão de quem é beneficiado pela ação. O mesmo é válido para o ressentimento, pois, não podemos antipatizar com o ressentimento de alguém sem antes sabermos os motivos desse ressentimento. Por isso, o senso de demérito de uma ação também é um sentimento composto, pois antipatizamos diretamente com a ação do agente e simpatizamos (solidarizamos) com o ressentimento do sofredor.

Vimos o modo pelo qual julgamos a conduta alheia sob dois pontos de vistas, pelo modo que julgamos se determinada ação é conveniente ou não e pelo modo que determinada ação é objeto de mérito ou demérito, na secção seguinte analisaremos o modo pelo qual julgamos nossas próprias ações.

2.3.3. Da Maneira pela qual Julgamos a Nossa Própria Conduta

O princípio pelo qual nós naturalmente julgamos a nossa conduta é em tudo igual ao princípio pelo qual julgamos a conduta alheia. Aprovamos ou não a conduta do outro ao fazermos nosso seu caso e verificando se simpatizamos ou não com essa conduta. Então, para aprovarmos ou não nossa conduta, devemos também sair da posição de sujeito e nos colocarmos na posição de observador – *espectador imparcial*, promovendo, assim, um distanciamento de nós mesmos. Daí decorre que a própria moralidade é definida pela convivência humana, as distinções morais seriam inconcebíveis para um homem que viveu isolado a vida toda. Pois, somente a partir da experiência ao vermos a conduta dos outros e os sentimentos que ela desperta em nós, e nos outros, é que podemos formar nosso juízo.

Da natural necessidade de aprovação de nossas ações pelos outros – devido ao prazer que a mútua simpatia nos desperta e da necessidade que os outros façam suas as nossas paixões –, origina-se grandes males para humanidade que são a vaidade (vício que se origina de nos vangloriarmos de alguém que não somos) e o auto-engano (que surge do medo de reconhecermos que fomos injustos e da vergonha que isso nos causará, por isso preferimos permanecer no erro).

Para o primeiro, a natureza nos dotou de dois princípios, além do amor ao louvor, também possuímos amor ao que é louvável, ou seja, além da necessidade de sermos aprovados pelos outros, necessitamos também sermos objetos apropriados de aprovação. Assim como também sentimos horror não apenas por sermos censurados pelos outros, também sentimos horror ao que é censurável. O melhor exemplo desse princípio é o personagem do romance Crime e Castigo, Raskólnikov, que após cometer um assassinato, se vê tomado por uma insuportável culpa e acaba por se entregar a polícia.

O juízo sobre nós mesmo é assaz razoável em duas ocasiões: antes da ação e após a ação. Entretanto, quando estamos na iminência de agir, quando sangue corre rápido pelas veias, na avidez das paixões, nosso juízo não faculta uma clara visão de nossas ações, o que potencializa muito a possibilidade de que nossas ações sejam equivocadas. Então, logo após o erro, temos vergonha de nosso comportamento desagradável, mas, devido às fraquezas humanas, preferimos cobrir nossos erros com o véu do *auto-engano* e esconder de nós mesmo a deformidade de nossa própria conduta.

Ao invés de vermos nosso próprio comportamento sob um aspecto tão desagradável, com excessiva freqüência nos esforçamos, tola e fracamente, para exasperar de novo essas paixões injustas (...) e assim perseveramos na injustiça, apenas porque nos envergonhamos e temos medo de reconhecer o que fomos.

Esse auto-engano, essa fatal fraqueza dos homens, é fonte de metade das desordens de nossa vida. Se pudéssemos nos ver como os outros nos vêem, ou de como nos veriam se soubessem de tudo, seria inevitável uma reforma geral. De outro modo, não poderíamos mais suportar essa visão (Smith 1999, p.191).

Entretanto, a natureza não deixou sem cura o *auto-engano*, tão grave fraqueza humana. Para que nossas ações não sejam influenciadas exclusivamente pelo calor do momento; a experiência, a constante observação da conduta alheia, nos propicia a formação de certas *regras gerais* sobre o que é adequado e apropriado fazer ou evitar. Essas *regras gerais* nos fazem agir corretamente mesmo quando não estamos com o

humor apropriado. Ao vermos uma conduta desumana, como um brutal assassinato, nós imediatamente antipatizamos e inferimos, que qualquer conduta da mesma espécie deve ser imediatamente objeto de reprovação e punição. Mas, essas regras gerais não são obtidas *a priori* pela razão, mas a partir da experiência, como Smith deixa claro:

Originalmente, não aprovamos ou condenamos ações em particular, porque ao examiná-las parecem agradáveis ou inconvenientes com certa regra geral. Ao contrário, a regra geral se forma por se descobrir, a partir da experiência, que se aprovam ou desaprovam todas as ações de determinada espécie, ou circunstanciadas de determinada maneira (Smith 1999, p. 192).

Da razoável observância dessas *regras gerais de moralidade e civilidade* é que se fundamenta a sociedade humana e sem as quais a mesma desmoronaria. Sendo que, qualquer violação dessas regras, para Smith, deveria ser objeto punição.

Portanto, uma vez que foram claramente designadas como princípios reguladores da natureza humana, as regras que prescrevem devem ser consideradas como mandamentos e leis da Divindade, promulgadas pelos vice-reis que se instalou dentro de nós. Todas as regras gerais são comumente denominadas de leis (Smith 1999, p. 200).

Assim, vemos que o Autor da natureza nos ensinou respeitar os sentimento e juízos de nossos irmãos, e fez do homem juiz imediato da própria humanidade. Smith (1999, p. 159) chega a afirmar que Deus “criou-o (o homem) à sua própria imagem, indicado-o como seu vice-rei na terra , para supervisionar o comportamento de seus irmãos”. Para que, deste modo, levemos a sério os julgamentos dos outros e fiquemos mortificados quando formos objetos de censura. Com isso, ao colocar no sujeito e não no objeto as distinções morais, o Autor da natureza agiu com enorme economia e sabedoria, pois basta seguirmos os ditames de nossas faculdades morais, que ao mesmo tempo estaremos promovendo a nossa própria felicidade e contribuindo com o plano da Divindade. E se mesmo seguindo os ditames das nossas faculdades morais, algum homem for alvo da injustiça e da perfídia, ainda lhe restará o tribunal superior, do Juiz Onisciente, cujos olhos jamais poderão ser enganados.

Mesmo diante desses mecanismos engendrados pelo Autor da natureza, com as regras gerais, que refreariam nossa propensão ao auto-engano, e o princípio da mútua simpatia, que nos faria buscar a aprovação dos outros seres humanos, ainda vemos na sociedade humana atitudes ignóbeis sendo tomadas como norma. Boa parte delas advêm da nossa propensão a imitar os outros, fazendo com que adotemos os usos e os costumes da sociedade em que vivemos mesmo que eles vejam contrariem nosso senso de

conveniência. Analisaremos os usos e costumes e como eles influenciam nosso senso de conveniência na secção seguinte, juntamente com o princípio de utilidade, que confere beleza as nossas ações.

2.3.4. Da Influência dos Usos e Costumes e da Utilidade sobre nossos Julgamentos

Além dos princípios já citados sobre o funcionamento de nossos *sentimentos morais*, há outros princípios. Um deles é a *utilidade*, que além de ser uma das principais fontes que confere beleza aos objetos, também influencia o nosso senso de aprovação, pois, quando a utilidade de uma ação nos agrada, e nós a aprovamos. Os outros princípios são as causas das diferentes opiniões entre épocas e nações, sobre o que é belo e louvável e o que é monstruoso e censurável. Esses princípios são os *usos e os costumes* que influenciam, além da nossa noção de beleza e deformidade das produções artísticas e dos objetos naturais, também nossos juízos morais, e podem até nos fazer perder o senso de inconveniência de nossas ações.

Quando os usos e costumes coincidem com os princípios naturais de certo e errado, eles aumentam a nossa delicadeza para a conduta certa e o nosso repúdio pela conduta errada. Contrariamente, um homem que foi criado no meio dos maiores vícios – injustiça, violência, falsidade, etc. – o costume fará com que se familiarize com esses vícios, a ponto de perder o senso da inconveniência de suas ações e os castigos que lhe são devidos.

Os usos e costumes têm maiores influências sobre nossos juízos relativos a beleza artística e dos objetos naturais, basta ver as vicissitudes, que estão sujeitas as diferentes formas de expressão artística, sempre sujeitas aos novos modismos, além das distintas opiniões sobre a beleza humana, que se forma nas diferentes épocas e sociedades, como a preferência por corpos magérrimos nas sociedades pós-modernas, em contraposição os modelos mais rechonchudos da antiguidade.

Apesar de apresentar uma influência menor em nossos sentimentos morais, o costume pode fazer com que até mesmo sociedades civilizadas, como a ateniense, adotem práticas desumanas. Como era comum no auge da civilização grega assassinar bebês recém-nascidos (Smith 1999, p.259-60).

Com relação à *utilidade* dos objetos, Smith adota integralmente a teoria de David Hume, contida no Tratado da Natureza Humana.

De acordo com esse filósofo – Hume –, a utilidade de qualquer objeto agrada seu dono por que lhe sugere, constantemente, o prazer ou comodidade que é capaz de lhe proporcionar. Toda vez que o contempla, vem-lhe a lembrança desse prazer, e dessa maneira o objeto torna-se fonte perpétua de satisfação e deleite. Por simpatia o espectador compartilha os sentimentos do dono, e necessariamente considera o objeto sob o mesmo aspecto agradável (Smith 1999, p. 220).

Entretanto, Smith discorda de Hume com relação à aplicação do princípio de *utilidade* como primeiro fundamento do espírito para a nossa aprovação ou reprovação de nossas ações.

O mesmo autor engenhoso e agradável – Hume – que pela primeira vez explicou porque o útil agrada impressionou-se tanto com essa maneira de ver as coisas, que reduziu toda a nossa aprovação da virtude a uma simples aparência de utilidade. Nenhuma qualidade do espírito, adverte, é aprovada como virtuosa senão as úteis e agradáveis, seja para a própria pessoa, seja para outra, e nenhuma qualidade é desaprovada como viciosa exceto as de tendência contrária. (...)

Antes de mais nada, parece impossível que o sentimento de aprovação da virtude seja um sentimento da mesma espécie que aquele por meio do qual aprovamos se um edifício é cômodo e bem projetado; ou que não tenhamos outra razão para elogiar um homem que não seja a mesma pela qual recomendamos armário e gavetas.

Em segundo lugar, caso se examine bem, descobrir-se-á que a utilidade de qualquer disposição do espírito raramente constitui o primeiro fundamento de nossa aprovação (Smith 1999, p. 230-1).

A passagem acima é de fundamental importância, para se enfatizar que Smith não identifica a virtude com a utilidade da ação. Além disso, é importante também que sua concepção de virtude vai muito além do mero utilitarismo como veremos a seguir.

2.4. Do Caráter da Virtude

Smith ao analisar o caráter de virtude, que ele define como: “temperamento do espírito que constitui o caráter excelente e louvável” (Smith, 1999 p. 335), a vê sob dois pontos de vista distintos, o primeiro seria o caráter do espírito na medida em que ele afeta a nossa própria felicidade, ou na medida em que ele rege nossos afetos egoístas; o segundo seria o caráter do espírito na medida em que ele afeta a felicidade dos outros, ou na medida em que ele rege nossos afetos benevolentes. Ao primeiro caráter nos é recomendado à virtude da Prudência. Ao segundo nos é recomendado às virtudes da Justiça e da Beneficência.

As sensações de fome, sede, calor, frio, dor e o prazer foram as primeiras lições que a Natureza nos ensinou e a última que esquecemos, carregamos essas sensações desde nosso nascimento até os milésimos de segundos que precedem a nossa morte. Isso serve para que nunca nos esqueçamos dos cuidados com a preservação da saúde do nosso corpo. Além da preservação da nossa saúde, a Natureza também nos recomenda cuidar daqueles objetos dos quais depende nosso conforto e felicidade nesta vida como nossas riqueza, posição e nossa reputação frete aos outros indivíduos. A esses cuidados com nossa própria felicidade, a natureza nos recomendou a virtude da Prudência.

Como costumavam dizer os Estóicos, todo homem é primeiro e principalmente recomendo a seu próprio cuidado; e todo homem é certamente, em todos os aspectos, mais adequado e capaz de cuidar de si mesmo do que de qualquer outra pessoa. Todo homem sente seus próprios prazeres e dores mais intensamente do que os de outras (Smith 1999, p. 274).

Apesar de a Natureza recomendar-nos através da virtude da prudência o cuidado com nossos próprios negócios, essa preocupação com nossos afetos egoísta de maneira alguma pode ir contra as regras da justiça. O homem prudente sempre age de acordo com as regras da justiça, pois ele necessita da aprovação dos outros e do *espectador imparcial*.

Na corrida pela riqueza, honras e privilégios, poderá correr o mais que puder, tencionando cada nervo e cada músculo, para superar todos os seus competidores. Mas se empurra ou derruba qualquer um destes, a tolerância do espectador acaba de todo. É uma violação da equidade que não podem aceitar. (...) Prontamente, por conseguinte, simpatizarão com o natural ressentimento do ofendido, e o ofensor torna-se objeto de seu ódio e indignação. Este sabe disso, e sente que todos os sentimentos estão prestes a explodir de todos os lados contra ele (Smith 1999, p. 104).

Depois de cuidar de si mesmo, a Natureza nos recomendou o cuidado daqueles que nos são mais próximas e queridas (nossos filhos, pais, irmãos, amigos, vizinhos, etc.). A Natureza também nos recomenda cuidarmos a segurança e a prosperidade da sociedade, pois dela depende a nossa felicidade e a felicidade daqueles que nos são queridos. Aos cuidados de nossos afetos benevolentes, ou aqueles responsáveis pela felicidade dos outros, a Natureza nos recomenda as virtudes da Justiça e da Beneficência.

A Beneficência é uma virtude voluntária e desinteressada, e sua ausência não é objeto de castigo, apenas de desgosto. Ela surge da reciprocidade dos afetos, que é tão necessária para a felicidade humana. Assim um homem que recebe algum Bem de outro, se seu caráter for à altura desse benefício, recompensará o outro pelo Bem

recebido. Dessa reciprocidade, dessa tendência a se fazer o bem, é que está fundada a virtude da Beneficência.

Já a Justiça constitui-se numa virtude negativa, pois ela não nos impele a ter um caráter sublime, mas apenas nos impede de ferir nossos vizinhos. Deste modo, sua ausência é objeto apropriado de castigo e seu cumprimento não sucinta nenhuma espécie de recompensa. A Justiça também constitui a principal virtude social e a sabedoria do estado recomenda, sempre que necessário, o emprego da força para se coibir os cidadãos de violarem os princípios da Justiça. E quem o fizer, deverá ser objeto de castigo. Por isso, diferentemente da Beneficência, que é o uma virtude voluntária, a Justiça pode e deve ser exigida, nem que seja a força.

A concepção de virtude de Smith, contida na *Teoria dos Sentimentos Morais*, é ao mesmo tempo original e engenhosa, e coloca o autor como adversário da moral egoísta ao ver a perfeição humana, não apenas na busca do seu próprio interesse e da utilidade, e também ao sair da concepção cristã que viam a virtude apenas como o amor ao próximo e pregava a vida acética como ideal de conduta. Smith tenta a harmonizar nossos afetos egoístas com os benevolentes, como deixa claro nas passagens a baixo:

E daí resulta que sentir muito pelos outro se pouco por nos mesmos, restringir nossos afetos egoístas e cultivar os benevolentes, constitui a perfeição da natureza humana; e somente assim se pode produzir entre os homens a harmonia de sentimentos e paixões em que consiste toda a sua graça e propriedade (Smith, 1999 p. 26).

Não estamos dispostos a suspeitar que a alguém falte egoísmo. Esse não é, de maneira alguma, o lado fraco da natureza humana, nem aquele cuja falta deve nos parecer suspeita. (...) Desaprova-se universalmente a despreocupação ou falta de economia, todavia não porque procederia de falta de benevolência, mas de falta de atenção apropriada aos objetos de interesse próprio (Smith, 1999 p. 378).

Entretanto, a Natureza não deixou a coesão da sociedade depender unicamente dos nossos afetos benevolentes, ela pode subsistir apenas com os afetos egoísta, mas nunca poderá sobreviver em um ambiente onde predomine os piores vícios, como Smith relata:

Todos os membros da sociedade humana precisam da ajuda dos outros, e estão igualmente expostos a ofensas mútuas. Onde a ajuda necessária é reciprocamente provida pelo amor, gratidão e estima, a sociedade floresce e é feliz. (...) Mas, ainda que a ajuda necessária não seja provida por motivos tão generosos e desinteressados, ainda que entre os diferentes membros da sociedade não haja amor e afeto mútuo, a sociedade, embora menos feliz e agradável, não se dissolverá necessariamente, pois pode subsistir entre diferentes homens, como entre diferentes mercadores, por senso de utilidade, sem qualquer amor ou afeto recíproco. (...) A sociedade, entretanto não pode

subsistir entre os que estão sempre prontos a se ferir e ofender mutuamente. Se existe qualquer entre sociedade ladrões e assassinos, estes pelo menos, devem segundo o senso comum, abster-se de roubar e assassinar uns aos outros (Smith, 1999 p. 106-7).

Deste modo, Smith divide as sociedades de acordo com esses dois afetos. Nas sociedades onde predominam os afetos benevolentes, além terem maior coesão elas são mais felizes. Já nas sociedades onde predomina os afetos egoístas, como entre os comerciantes, embora menos felizes e agradáveis, o senso de utilidade de seus membros fará com que controlem suas paixões e respeitem os princípios da justiça, esta sociedade que Smith tem em mente na Riqueza das Nações. Entretanto, sociedade nenhuma poderá florescer onde prevaleçam os vícios e a injustiça.

2.5. Considerações Finais sobre a Teoria dos Sentimentos Morais: O Princípio da Simpatia como Fundamento da Sociabilidade Humana

A Teoria dos Sentimentos morais é um clássico exemplo da aplicação do método newtoniano nas ciências sociais, o que ficou conhecido como newtonianismo moral. A partir da observação dos fatos sociais, Smith revela o princípio básico que fundamentaria nossa sociabilidade, a simpatia, e partindo desse princípio vai desvelando todos os mecanismos que coordenariam e harmonizariam a sociedade humana. Ele opera como estivesse desmontando um relógio e observando como suas engrenagens estão perfeitamente ordenada ao fim a que foram engendradas, sendo que no caso da sociedade, o relojoeiro seria Deus e a finalidade pela qual ele organizou as engrenagens seria a felicidade humana.

Assim vimos como o homem necessariamente sente alguma espécie de afeição pelos outro, o que Smith chama de simpatia. A simpatia além de operar através da visão que temos das paixões alheias, também se dá pela nossa capacidade de nos colocarmos no lugar do outro, o que Smith chama de mecanismo da imaginação. Com essa capacidade de nos vermos “com os olhos dos outro” é que surgem os nossos julgamentos, pois ou nos vermos no lugar do outro e constatarmos que existe uma concordância entre nossos afetos aprovamos suas ações, do contrário, reprovamos. Essa maneira pela qual formamos nossos juízos poderia resultar num radicalismo, entretanto Smith ao verificar que simpatia entre duas pessoas, é uma das maiores fontes de prazer

(o que ele chama de prazer da mútua simpatia) descobre o regulador ético que tenderia a harmonizar as diversas paixões. Com isso vemos que a sociabilidade em Smith não se dá por contrato, mais devido à necessidade que temos da aprovação do outro.

Outro aspecto importante da obra de Smith é sua ruptura com o dogmatismo religioso, e com o racionalismo adotando dos pressupostos empiristas. Pois apesar, de sua teoria ter uma ordem teológica subjacentes, Deus participa dela apenas como criador, e nunca como agente. Cabendo aos homens o julgamento de seus pares, baseados nas leis (regras gerais) que são reveladas a partir da observância da ação humana, pela experiência, e não mais pela Revelação Divina, ou por alguma faculdade da razão que nos permitiria descobrir *a priori* essas leis.

3. REVISÃO DA RIQUEZA DAS NAÇÕES

3.1. Apresentação

Na elaboração desta breve amostra da obra Riqueza das Nações optamos por realizar um corte horizontal, de modo a dar uma idéia geral do conjunto da obra, ao invés de realizar uma análise aprofundada de alguns pontos intrincados da mesma. Esta opção fica evidente na própria ordem de apresentação dela, que segue basicamente a ordem que o próprio Smith utilizou para expor suas idéias.

Primeiramente, apresentaremos a sua teoria econômica (Livros I e II do original), com a exposição dos conceitos fundamentais da mesma, como: divisão do trabalho, salário, lucro, renda da terra, trabalho produtivo e improdutivo etc. No capítulo seguinte (Livro III) faremos uma breve análise das causas que levam as diversidades do progresso entre as nações, análise essa que será continuada no capítulo seguinte (Livro IV) com a crítica de Smith aos mercantilistas e aos fisiocratas. Finalizaremos a revisão com a apresentação da visão que Smith tem do Estado (Livro V), assim como os conselhos que ele dá aos Soberanos. No último capítulo faremos as conclusões e considerações finais, apresentando a idéia de interesse como impulsionador da atividade econômica e as relações epistemológicas entre a teoria econômica de Smith e o jusnaturalismo.

3.2. Teoria Econômica de Adam Smith

A teoria econômica de Smith, contida na Riqueza das Nações, é basicamente uma teoria do crescimento econômico, cuja variável determinante desse crescimento é a variação anual do produto *per capita* da sociedade. Essa variação anual do produto seria obtida através de ganhos de produtividade por parte dos *trabalhadores produtivos*, o que seria uma conseqüência do aumento da *divisão do trabalho*, além de fatores institucionais e legais. O crescimento economia seria impulsionado pelo amor-próprio dos homens, que os faria preocuparem-se com seus próprios interesses, e assim aumentaria a renda nacional que seria redistribuída para todas através do mecanismo da *mão invisível*. Tendo como enredo o aumento da divisão do trabalho, Smith vai

desvelando conceitos como: dinheiro, valor de uso, valor de troca, os preços de mercado e natural seus constituintes e sua dinâmica, etc. Ao retirar o véu que encobria esses conceitos, Smith consegue aglutinar as partes formando um todo orgânico lançando as bases paradigmáticas da Economia Política Clássica.

3.2.1. A Divisão do Trabalho

O conceito central no qual gira toda a sua teoria do desenvolvimento econômico, contida na Riqueza das Nações, é a *divisão do trabalho*, para Smith, ela é a principal responsável pelo aprimoramento das forças produtivas do trabalho. Essa concepção ficou eternizada no exemplo clássico que Adam Smith deu de como a divisão do trabalho contribuiria para aumentar a produtividade numa pequena manufatura de alfinetes.

Tomemos, pois, um exemplo, tirado de uma manufatura muito pequena, mas na qual a divisão do trabalho muitas vezes tem sido notada: a fabricação de alfinetes. Um operário não treinado para essa atividade (que a divisão do trabalho transformou em uma indústria) nem familiarizado com a utilização das máquinas ali empregadas (cuja invenção provavelmente se deveu à mesma divisão do trabalho), dificilmente poderia talvez fabricar um único alfinete em um dia, empenhando o máximo de trabalho; de qualquer forma, certamente não conseguirá fazer vinte. Entretanto, da forma como essa atividade é hoje executada, não somente o trabalho todo constitui uma indústria específica, mas ele está dividido em uma série de setores, dos quais, por sua vez, a maior parte constitui provavelmente um ofício especial. Um operário desenrola o arame, um outro o endireita, um terceiro o corta, um quarto faz as pontas, um quinto afia nas pontas para a colocação da cabeça do alfinete, (...). Assim cada pessoa consegue fazer 1/10 de 48 mil alfinetes por dia, pode-se considerar que cada uma produzia 4.800 alfinetes diariamente. Se, porém, tivessem trabalhando independentemente um do outro, e sem nenhum deles tivesse sido treinado para esse ramo de atividade, certamente cada um deles não teria conseguido fabricar 20 alfinetes por dia (Smith 1996, p.66).

Desta forma, a divisão do trabalho, na medida em que é difundida, vai aos poucos aumentando a produtividade do trabalho. Entretanto, Smith vê que a divisão do trabalho pode ser mais largamente empregada nas manufaturas, pois a natureza específica da agricultura não comporta tantas subdivisões do trabalho. Esse aumento de produtividade decorre de três fatores. Primeiramente, a divisão do trabalho, ao reduzir o número de operações realizadas por um operário, aumenta a sua destreza, pois possibilita que todo o seu trabalho se resuma a uma única operação simples e repetida indefinidamente. Em segundo lugar, o operário economiza o tempo que é despendido ao passar de um tipo de

trabalho para outro, pois é necessário trocar de posto e de ferramentas, fazendo com que o operário perca tempo e concentração. Em terceiro lugar, estando os operários restritos a uma só função, eles se familiarizam mais com os equipamentos e podem desenvolver inovações com maior facilidade.

A divisão do trabalho não surge de nenhuma faculdade da razão humana, que preveria os ganhos obtidos com essa organização social. Mas sim de uma propensão⁷ em nossa própria natureza ao intercâmbio. Deste modo, foi por meio de trocas que o homem, desde os tempos mais remotos, obteve os meios necessários para a sua subsistência. Todavia, quando dois homens se reúnem com a finalidade de intercambiar alguns bens, eles não fazem isso por benevolência, mas pensando no seu próprio interesse.

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não a sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca lhes falamos de nossas próprias necessidades, mais das vantagens que advirão para eles (Smith 1996, p.74).

A divisão do trabalho encontra limitações na extensão do mercado, pois, quanto mais isolado viver um ser humano, mais difícil será para ele encontrar outro indivíduo para que juntos possam intercambiar. Com isso, maior será sua necessidade de produzir autonomamente os seus meios de sobrevivência. Essa é uma das razões pela qual as grandes civilizações floresceram próximas a mares e rios navegáveis, pois a navegação amplia a extensão do mercado, acarretando numa maior divisão do trabalho e, conseqüentemente, numa maior opulência.

3.2.3. A Origem e o uso do dinheiro

Dentro da divisão do trabalho encontra-se as origens do dinheiro, cujo surgimento veio para cobrir as limitações da simples troca de mercadorias, que pelo fato das pessoas terem muitas vezes interesses diferentes, tornava difícil as possibilidades de troca. Diante dessa e de outras dificuldades, presente nas mais primitivas e nas mais modernas sociedades, elegeu-se, de maneira espontânea, uma mercadoria para servir de

⁷ Smith não se aprofunda na discussão das origens da nossa propensão ao intercâmbio, mas ele acha provável que ela surgira como uma consequência necessária da nossa faculdade de falar e raciocinar. E exemplifica (Smith 1996, p. 73) “Ninguém jamais viu um cachorro fazer uma troca justa e deliberada de um osso por outro, com um segundo cachorro”.

equivalente geral; como o gado, nas épocas mais primitivas; o sal, na Abissínia; o fumo, na Virgínia; e os mais diversos tipos de metais.

3.2.4. Valor de Uso e Valor de Troca

Ao analisar como os homens trocam dinheiro por mercadoria e mercadoria por dinheiro, Smith identifica uma diferença entre o valor que a mercadoria apresenta quando para o consumo, “valor de uso”, e o valor que a mercadoria apresenta para a troca, “valor de troca”. Sendo que mercadorias de grande valor de uso podem apresentar um pequeno valor de troca, como a água; e mercadorias com um grande valor de troca podem apresentar quase nenhuma utilidade para os homens, como o diamante.

Para solucionar essa dicotomia entre “valor de uso” e “valor de troca”, Smith se propõe a achar um critério ou medida que identifique o real valor das mercadorias. Como vimos anteriormente, a divisão do trabalho possibilita que os homens troquem o excedente de seu trabalho com os outros. Assim, o excedente produzido por uma pessoa que não foi consumido, será trocado com outro por uma quantidade de mercadoria que equivalha ao trabalho despendido para produzir esse excedente. Logo o valor de troca de cada mercadoria é o trabalho gasto para produzi-la – essa afirmação é válida, pelo menos, nas sociedades que precedem a acumulação de capital e a apropriação fundiária, pois posteriormente veremos que outros elementos compõem o valor das mercadorias.

No estágio antigo e primitivo que precede ao acúmulo de patrimônio ou capital e à apropriação da terra, a proporção entre as quantidades de trabalho necessárias para adquirir os diversos objetos parece ser a única circunstância capaz de fornecer alguma norma ou padrão para trocar esses objetos uns pelos outros. (...)

Nessa situação, todo o produto do trabalho pertence ao trabalhador; e a quantidade de trabalho normalmente empregada em adquirir ou produzir uma mercadoria é a única circunstância capaz de regular ou determinar a quantidade de trabalho que ela normalmente deve comprar, comandar ou pela qual deve ser trocada (Smith 1996, p.101).

Todavia, não é fácil mensurar a correspondência entre duas quantidades diferentes de trabalho, pois não existem critérios nítidos para se calcular a destreza e o engenho exigidos por determinada tarefa. Uma hora de um trabalho duro é muito mais trabalhosa que uma hora de um trabalho leve. Além disso, existem habilidades que se aprende em poucos dias, já outras, como a medicina, necessitam anos de aprendizado.

Consequente, a troca de mercadorias por outras mercadorias tornou-se muito mais freqüente do que a troca de trabalho por trabalho. A primeira é objeto da sensibilidade, já a segunda, trata-se de noções abstratas e de difícil intelecção. Sendo que para se facilitar a equivalência entre os objetos trocados cada vez mais o valor de troca das mercadorias é estipulado pelo seu valor em dinheiro. Porém, como o dinheiro está sujeito a muitas flutuações, ele não consegue substituir o trabalho como critério para a determinação do valor dos objetos.

Entretanto, com apropriação da terra e com o acúmulo de capital, o fruto do trabalho deixa de ser inteiramente dos trabalhadores e o valor das mercadorias passaram a apresentar outros elementos constitutivos, pois a partir do momento em que o capital acumula nas mãos de um particular, este pode empregá-lo para contratar trabalhadores e fornecer-lhes matéria prima, a fim de obter um determinado lucro com a operação. Similar processo obtem-se com a apropriação privada da terra, pois o dono da terra exige uma renda pela propriedade da terra. Com esses dois outros elementos, completa-se a trindade que compõe o valor das mercadorias (salário, lucro, e renda da terra) para Smith. Mas, apesar de ambos os elementos contribuírem para determinação dos preços, o real valor desses diversos componentes é medido pela quantidade de trabalho que eles conseguem comprar. Contudo, apesar da medida desses três componentes ser feita através do trabalho que elas podem comandar, as três seguem diferentes lógicas, sendo que cada uma apresenta os seus próprios princípios e sua própria dinâmica, como veremos nos capítulos posteriores. Além disso, os três elementos não precisam estar juntos no valor das mercadorias, pois existem mercadorias que necessitam apenas de trabalho, como os frutos da pesca, logo, seu valor será constituído apenas da remuneração do trabalho.

3.2.5. Preço Natural, Preço de Mercado e sua Dinâmica

Sendo então o preço de troca das mercadorias composto pelos seus três elementos (salário, lucro e renda da terra), observamos que em cada sociedade, ou nas suas proximidades⁸, haverá uma taxa que naturalmente regula os rendimentos dessas três fontes. Ela é determinada pelas circunstâncias gerais da sociedade e em parte pela

⁸ Para Smith, a extensão do mercado contribui para a determinação das taxas de remuneração dos três fatores, pois quanto maior for um mercado, maior será a divisão de trabalho que ele comportará.

natureza específica do emprego desses fatores. Quando o valor da mercadoria corresponder a soma total das taxas de rendimento dos três fatores, pode-se dizer que esta mercadoria tem seu *preço natural*, e nesse caso essa mercadoria é vendida exatamente pelo que vale.

Quando o preço de uma mercadoria não é menor nem maior do que o suficiente para pagar ao mesmo tempo a renda da terra, os salários dos trabalhadores e os lucros do patrimônio ou o capital empregado em obter, preparar e levar a mercadoria ao mercado, de acordo com suas taxas naturais, a mercadoria é nesse caso vendida pelo que se pode chamar de seu preço natural (Smith 1996, p.109).

Entretanto, as mercadorias, por diversas contingências, dificilmente apresentam o seu preço natural podendo o preço estar abaixo ou acima de seu valor natural. Ao preço que a mercadoria realmente apresenta nos mercados damos o nome de *preço de mercado*. O preço de mercado de uma mercadoria específica é regulado pela quantidade que é ofertada ao mercado e pela quantidade de gente disposta a pagar o seu preço natural.

Essa massa de homens dispostos a pagar o preço natural de uma mercadoria dá-se o nome de *Demanda Efetiva*. Se por alguma vicissitude a quantidade ofertada no mercado for inferior a sua demanda efetiva, haverá mais interessados em adquirir esta mercadoria ao seu preço natural do que mercadorias à venda. Consequentemente, alguns estarão dispostos a pagar um valor superior pela mercadoria, o que acarretará um aumento do seu preço de mercado. Processo inverso ocorrerá quando a quantidade ofertada for superior à demanda efetiva. Deste modo, será do interesse de quem oferta, que a oferta nunca supere a demanda efetiva, e do interesse dos consumidores, que a oferta dos produtos nunca seja inferior à demanda efetiva. Assim, temos que a quantidade disponível no mercado naturalmente ajusta-se a demanda efetiva, o que Smith chama de *mão invisível*.

Entretanto, outros fatores podem acarretar distorções entre preço de mercado e preço natural. As mais graves e perenes dessas distorções são causadas pelos próprios governantes ao concederem poder de monopólio a determinada companhia ou indivíduo. As inovações tecnológicas também causam distorções entre os preços, auferindo lucros extraordinários aos seus detentores.

Essas são as circunstâncias gerais que determinam os preços das mercadorias. Nos próximos três itens analisaremos como o valor das mercadorias é repartido entre as três fontes de rendimentos.

3.2.6. Os Salários do Trabalho

A recompensa natural do trabalho é o *salário*. Nos estágios da sociedade humana de pré-apropriação da terra e pré-acumulação de capital, todo incremento das forças produtivas ocasionava igual aumento nos salários. Nesse estágio da sociedade, o trabalhador desfrutava de todo o produto de seu trabalho. Com a apropriação da terra, os proprietários da terra permitem que os trabalhadores cultivem-na, obtendo uma parte do produto do seu trabalho. Com a acumulação de capital, os capitalistas, que adianta capital na forma de matéria prima e maquinário para que os trabalhadores produzam mais, também exigem uma participação no fruto do trabalho dos trabalhadores.

A definição dos salários numa sociedade livre se dá por mútuo acordo entre as partes, cujos interesses são antagônicos. Os trabalhadores tentarão ganhar o máximo possível, já os patrões tentarão pagar o mínimo possível, abrindo espaço para a realização de conluíus entre os integrantes das duas partes com a finalidade de conseguir maiores ganhos. Todavia, as leis normalmente tendem a dissimular os conluíus dos patrões e a reprimir o dos trabalhadores.

Apesar dessas disputas entre patrões e empregados, os salários dos trabalhadores nunca podem descer a um mínimo necessário, para que possa sustentar a ele e à sua família. Em sociedades que estão em expansão, a escassez de mão-de-obra provoca a concorrência entre os patrões, que para conseguirem empregados elevam o seu salário. Deste modo, não é riqueza total da sociedade que determina a elevação dos salários, mas sim, o seu contínuo aumento.

3.2.7. Os Lucros do Capital

Assim como o progresso e o declínio de uma nação afeta os preços dos salários dos trabalhadores, o mesmo acontece com os lucros do capital. Entretanto, o processo se dá de maneira inversa, pois, quanto maior for a riqueza de uma sociedade, maior será seu estoque de capital, o que aumenta a concorrência entre os capitalistas diminuindo assim suas taxas de lucro. Contudo, uma grande quantidade de capital, mau grado sua pequena taxa de lucro, aumenta a riqueza de seu proprietário mais rapidamente que uma pequena quantidade de capital, a despeito de suas elevadas taxas de lucro.

O risco e a segurança também são responsáveis pelas discrepâncias das taxas de lucro nos diferentes empregos de capital. Assim, quanto maior for a incerteza de um negócio, maior tenderá a ser sua taxa de lucro, e o oposto também é verdadeiro. Também deve ser incluído como negócio de risco todo e qualquer ramo de negócios que seja inteiramente novo, pois as inovações sempre se baseiam na especulação sobre seu sucesso, com o qual o planejador espera auferir lucros extraordinários.

Fatores exógenos, que não tem nenhuma ligação com os negócios em si, também influenciam as taxas de lucros. Esses fatores são as leis e as instituições, que ao violarem a liberdade e a justiça natural, fazem com que as taxas de lucros sofram distorções.

3.2.8. A Renda da Terra

A renda da terra é o preço pago pelo arrendatário pelo uso da terra. Normalmente, ela consiste numa parcela excedente da produção, que o arrendatário depois de retirar a sua parte – que é correspondente à remuneração do seu capital adiantado na compra dos insumos e da mão-de-obra – paga ao proprietário da terra. Entretanto, a formação dos valores da renda da terra é diferente do salário e do lucro, pois enquanto o valor dos últimos determina o preço das mercadorias, a renda da terra é determinada pelo preço das mercadorias. Assim quanto maior for o preço do produto da terra, maior será a renda real do proprietário da terra.

Esta renda varia de acordo com a fertilidade da terra e a localização da propriedade. Além disso, a renda das propriedades utilizadas nas mais diversas funções é definida em função da renda das propriedades utilizadas na produção de alimentos, mais especificamente na produção de trigo e nas pastagens.

3.2.9. A Natureza, o Acúmulo e o Emprego do Capital

A divisão do trabalho só é possível com a acumulação prévia de capital, pois, para poder intercambiar o fruto do trabalho, é necessário que se tenha um estoque de bens diversos para manter o trabalhador por um período mínimo, somente com esse mínimo assegurado que ele poderá vender seu excesso.

Entretanto, esse capital mínimo necessário à divisão do trabalho não garante necessariamente renda ao seu proprietário, pois ele é suficiente apenas para manter seu proprietário por alguns dias ou semanas, dificilmente conseguirá aplicar esse capital e auferir lucros. Porém, quando ele é suficiente para manter seu proprietário por meses ou anos, o proprietário resguardará uma pequena parte para seu consumo imediato, e com a outra parte auferirá lucros. Sendo este último capital – o que auferir renda – subdividido em duas formas: o primeiro é empregado para a sucessiva compra e venda de mercadorias e só auferir lucros ao seu proprietário cada vez que é trocado de mãos, denominado de *capital circulante*; o segundo é aplicado no aprimoramento da terra na compra de máquinas e equipamentos necessários para o trabalho, e que não mudam de mãos, denominado de *capital fixo*.

A função do *capital fixo* é aumentar as forças produtivas da sociedade, ou seja, aumentar a produtividade do trabalho. Todavia, todo capital fixo deriva de um *capital circulante* e deve ser continuamente mantido por ele.

3.2.10. O Trabalho Produtivo, Trabalho Improdutivo e o Acúmulo de Capital

Segundo Adam Smith, existem dois tipos de trabalho. O *trabalho produtivo* é aquele que acrescenta valor as mercadorias nas quais trabalha. Assim, os salários pagos aos trabalhadores de manufatura fixam-se no valor das mercadorias e acrescentam um valor a elas, esse é suficiente para pagar os salários dos trabalhadores e os lucros dos empresários. O *trabalho improdutivo* não acrescenta valor nenhum, como o salário pago aos criados domésticos, pois, por mais que um empregado doméstico trabalhe, o fruto desse trabalho jamais se fixará em algum objeto vendável e muito menos trará algum lucro para quem contratou esse trabalhador.

Entretanto, todos os dois são mantidos pela produção anual de um país. Mas sendo que o primeiro tipo de trabalho acrescenta valor e o segundo não, logo, o acúmulo de riquezas de uma sociedade, a acumulação de capital, será maior quanto maior for a parcela de capital empregada no trabalho produtivo. Assim, é a *parcimônia*, e não o trabalho, a responsável pelo aumento do capital, tanto dos indivíduos quanto da nação.

3.2.11. O Dinheiro Emprestado a Juros

Quando o proprietário do capital não quer ter o incômodo dele pessoalmente ter que investi-lo. Ele empresta o seu capital a um terceiro. Este empréstimo pode ser na forma de dinheiro, ouro, prata, ou qualquer outra mercadoria que contenha valor; pois o que na realidade está sendo emprestado é o valor que ele tem, ou a quantidade de bens e serviços que ele pode comandar. O tomador do empréstimo, por sua vez, pode usá-lo para o seu consumo imediato ou utilizá-lo como capital circulante – Adam Smith não visualizava a possibilidade dos empréstimos serem utilizados para a aquisição de capital fixo, pois seu retorno é muito lento.

A dinâmica das taxas de juros num sistema de liberdade natural é igual aos lucros do capital, quando uma sociedade está em prosperidade e a quantidade de capital está aumentando, a taxa de juros tende a diminuir. E quando a sociedade está em declínio, a taxa de juros tende a aumentar. Todavia, interferências dos governos no curso natural dos negócios podem alterar dinâmica natural dos juros.

Feita esta exposição dos princípios econômicos que determinariam o crescimento econômico de uma nação, Smith passa a analisar as vicissitudes que impediram e impedem que as diversas nações e indivíduos sigam o caminho do desenvolvimento econômico. Ao confrontar o seu sistema com os fatos históricos, sendo ele um empirista e de nada lhe vale um sistema que não condiga com a realidade, ele propõe que seu sistema econômico não se restrinja a mera especulação, mas que se torne um programa político. Podemos ver esta preocupação política de Smith nas críticas que ele faz às leis feudais e aos mercantilistas, a “questão americana”. Nos capítulos seguintes, veremos uma parte dessas críticas e o modo que as articula com o seu sistema teórico.

3.3. A Diversidade do Progresso da Riqueza nas Diferentes Nações

No terceiro livro das Riquezas das Nações, intitulado “*A Diversidade do Progresso da Riqueza nas Diferentes Nações*”, Adam Smith faz a prova final do seu sistema econômico ao analisar a evolução econômica da humanidade com base nos princípios apresentados nos livros anteriores (I e II), ou seja, ele tira o seu modelo da estática e dá um caráter dinâmico a ele.

A sua análise começa com a constatação de que o desenvolvimento econômico das cidades é dependente do desenvolvimento do campo, pois o último fornece os bens necessários para a subsistência dos habitantes da cidade. Logo:

Se as instituições humanas nunca tivessem interferido nessas inclinações naturais, jamais as cidades poderiam em qualquer parte ter crescido além da medida compatível com o aprimoramento e o cultivo do território ou do país do qual faz parte; pelo menos, até quando todo aquele território estivesse completamente cultivado e aprimorado. Em condições de paridade ou quase paridade de lucros, a maioria das pessoas optará por empregar seus capitais na melhoria e no cultivo da terra, ao invés de canalizar para a manufatura ou para o comércio (Smith, 1996, p. 374).

Após essa constatação, Smith analisa o desenvolvimento econômico da Europa desde a queda do império romano até o estágio atual (século XVIII). Ele analisa também como as iniquidades das instituições humanas contribuíram para o declínio da agricultura logo após a queda do império romano, em contraposição ao seu *curso natural*. Adam Smith atribui às leis feudais, a escravidão e a servidão as causas desta perturbação no curso natural da agricultura. Como ele explicita nos parágrafos baixos:

Mas existe uma diferença essencial entre os dois. Tais rendeiros, pelo fato de serem livres, são capazes de adquirir propriedade, e por terem direito a uma parte da produção da terra têm um interesse evidente em que a produção total seja a máxima possível, para que grande seja também a parte que lhes cabe. Ao contrário, um escravo, que não pode adquirir nada, a não ser o necessário para sua subsistência, atende a seu comodismo e interesse, fazendo com que a terra produza o mínimo possível, o estritamente necessário para a sua própria manutenção (Smith 1996, p. 384).

A talha (...). Trata-se de uma taxa sobre o suposto lucro do arrendatário, calculada com base no capital que o inquilino tem na propriedade. Por isso, os arrendatário têm interesse que esse capital pareça o menor possível, razão pela qual aplicam o mínimo possível no cultivo da terra, e nenhum capital no seu aprimoramento (Smith 1996, p.387).

Em contraposição ao regime que talhava as liberdades naturais, que vingou no campo, os habitantes das cidades obtiveram sua independência e liberdade muito antes. Causando uma dissonância entre o progresso das cidades e do campo, sendo que as primeiras para obterem os gêneros de luxos que o progresso propiciava, tiveram que intensificar o comércio para regiões mais longínquas, a fim de obterem os bens que necessitavam para sua fruição, enquanto o campo permanecia à mingua.

Feito o exame das desastrosas conseqüências que o sistema feudal, com suas leis que talhavam as liberdades dos homens do campo, teve para a agricultura, Smith, no livro seguinte (livro IV), analisa como as leis das sociedades mercantis ainda continuam talhando as liberdades de seus cidadãos e desviando elas do seu curso natural.

3.4. Sistemas de Economia Política e Políticas Econômicas

Depois de expor os princípios naturais que determinam o progresso de uma nação (livros I e II), analisar como esses princípios eram observáveis na evolução histórica da humanidade, e como as leis que iam contra esse princípio causavam o empobrecimento das nações (livro III); Adam Smith passa a analisar os Sistemas de Economia Política (livro IV), que na definição dele deve ser entendido como:

A Economia política, considerada como um setor da ciência própria de um estadista ou de um legislador, propõe-se a dois objetivos distintos: primeiro, promover uma renda ou manutenção farta para a população ou, mais adequadamente, dar-lhe a possibilidade de conseguir ela mesma tal renda ou manutenção; segundo, promover o Estado ou comunidade de uma renda suficiente para os serviços públicos. Portanto, a Economia Política visa a enriquecer tanto o povo quanto o soberano (Smith 1996, p. 413).

Nessa análise, Smith derruba os argumentos dos mercantilistas, ou *Sistema de Comércio*, que com sua análise equivocada do processo de enriquecimento das nações, propõem legislações que talham as liberdades naturais e promovem o empobrecimento das nações. Smith também faz uma crítica, nesse caso mais construtiva, ao *Sistema de Agricultura*, dos seus amigos e inspiradores, os *Fisiocratas*. A análise dos argumentos de Smith contra esses dois grupos será realizada nas seções seguintes.

3.4.1 Crítica ao Mercantilismo, ou ao Sistema Comercial

A base do sistema mercantilista está na idéia de que a riqueza consiste no dinheiro⁹. Esta idéia é assaz verossímil, principalmente para o senso comum, pois o dinheiro além de servir de meio de troca é também reserva de valor. Assim, nos meios mais populares, uma pessoa rica é aquela que possui muito dinheiro. Por analogia, os mercantilistas supunham que a riqueza de uma nação também seria mensurada pela quantidade de dinheiro que ela possuiria.

Mantendo esses mesmos preceitos populares, os mercantilistas verificaram que países que possuíssem uma balança comercial superavitária apresentariam um influxo

⁹ Dinheiro na época de Smith era basicamente ouro e prata, pois o papel moeda nesta época ainda não era predominante nas relações de trocas, entretanto o papel moeda encontrava em Smith um grande defensor.

crescente de ouro e prata, e na lógica mercantilista, um aumento crescente na riqueza nacional. Com essas duas premissas, a riqueza consiste na quantidade de ouro e prata que um país possui; e que, em um país que não possuísse reservas naturais de ouro e prata, o meio mais fácil de obter esses metais seria através de uma balança comercial positiva, exportando mais do que importando. Com essas premissas, a conclusão lógica, seria que para enriquecer uma nação bastaria ao soberano estimular ao máximo as exportações e restringir as importações.

Com isso, as políticas mercantilistas concentram-se em dois *fronts*. De um lado, restringem as importações de produtos estrangeiros que podem ser produzidos internamente, ou então produtos de países com que se tenham balança comercial desfavorável. Em outro aspecto, estimulam as exportações através de subsídios, *drawbacks*, tratados comerciais vantajosos; e com a implementação de colônias. A seguir, iremos fazer uma breve síntese dessas medidas e as maneiras como elas perturbam o curso natural do progresso humano.

As restrições às importações de mercadorias que podem ser produzidas internamente são obtidas ou proibição absoluta da importação de determinada mercadoria. Seu efeito imediato é a garantia de monopólio aos produtores internos da mercadoria em questão. Também distorce a alocação de capital na sociedade, pois torna lucrativo investir em indústrias que sem as restrições não apresentariam lucros extraordinários. Assim, essas medidas não seriam prudentes, pois alterariam o regime de liberdade natural. Segundo Smith (1996 p. 438), “Todo pai de família prudente tem como princípio jamais fazer em casa aquilo que custa mais fabricar do que comprar”, nessa crítica as restrições às importações fundamenta-se o modelo de comércio internacional das *vantagens absolutas*¹⁰.

A restrição às importações de países com o qual apresenta balança comercial desfavorável é tão irracional quanto as restrições ao comércio específico de uma mercadoria, pois, além de se basear em falsas premissas, esse tipo de restrição normalmente são fundadas nas animosidades entre essas nações. A falácia das medidas que restringem as importações está na idéia de que o ganho de uma nação está diretamente ligado à quantidade de ouro e prata, mas, como já vimos, para Smith a

¹⁰ Segundo o modelo de vantagens absolutas, cada país deve focar a sua produção naquilo que produz à um custo menor, e trocar o excedente dessa produção por produtos que custem menos para serem produzidos em outros países.

riqueza é equivalente a renda anual de seus habitantes e não ao estoque total de ouro e prata:

Por vantagem ou ganho entendo não o aumento da quantidade de ouro e prata, mas o aumento do valor de troca da produção anual da terra e da mão-de-obra do país, ou seja, o aumento da renda anual de seus habitantes (Smith 194, p. 467).

Os drawbacks são restituições de impostos internos que incidem sobre as mercadorias exportadas. Como incentivam as exportações apenas restituindo o imposto pago internamente, esse tipo de medida, segundo Smith (2003, p. 629), não tendem a perturbar a “divisão e distribuição natural do trabalho na sociedade”. Aliás, em alguns casos, tende, até a preservar essa “divisão e distribuição natural”, pois muitas vezes os impostos sobre as exportações são tão elevados que inibem essa prática e os *drawbacks* levam a divisão do trabalho ao seu curso natural, tendo como conseqüências apenas uma redução da arrecadação da nação.

Os Subsídios são criados, pois, muitas vezes o produto feito internamente não consegue ser exportado devido seus preços elevados. Como um país não pode forçar os outros a comprar suas mercadorias, o sistema mercantil concluiu que, para manter uma balança comercial favorável, os governos deveriam pagar aos países estrangeiros para que comprem suas mercadorias. Com isso, os governos passaram a subsidiar as exportações, o que diminui a oferta interna desses artigos e, conseqüentemente, aumenta o preço interno desses artigos nesse país, causando uma dupla tributação à população. Primeiro elas pagam os impostos que serão revertidos em subsídios, e depois arcam com os preços mais elevados desses produtos.

Com efeito, essa medida que visa aumentar o bem-estar e enriquecer o conjunto da nação, nada mais faz do que desviar a nação do caminho da opulência que ela espontaneamente seguiria, além de causar um aumento do consumo das nações estrangeiras, pago com o trabalho de sua própria população.

Os tratados de comércio acontecem quando, um país concede, a outro, entrada privilegiada, através da isenção de impostos de importação, de certas mercadorias em detrimento dos demais países. Esses tratados concedem uma espécie de monopólio aos produtores do país beneficiado pelo tratado, o que eleva o preço internamente dos produtos contidos no tratado acima do que eles teriam em um sistema de livre comércio, diminuindo assim o poder de compra de sua população.

Com relação às colônias, Adam Smith não identifica as causas do surgimento das colônias européias na América, pois, para ele, elas não surgiram como fruto da necessidade e nem da utilidade, como foi o caso das colônias greco-romanas. Contudo ele adota uma postura bastante crítica em relação a essas colônias.

Loucura e injustiça parecem ter sido os princípios que presidiram e orientaram o primeiro projeto de estabelecimento dessas colônias; a loucura de entrar numa corrida por minas de ouro e prata, e a injustiça de cobiçar a posse de um pai cujos habitantes inofensivos, longe de algum dia terem feito algum mal ao povo da Europa, receberam os primeiros aventureiros manifestando todos os testemunhos possíveis de bondade e hospitalidade (Smith 2003, p. 744).

Apesar disso, Smith observa que elas com o passar dos anos propiciaram grandes vantagens à Europa, como o aumento fruição da população com a introdução de novas mercadorias e o aumento da atividade econômica desses países proporcionada pela expansão dos mercados.

Essas colônias obtiveram grande e rápido progresso devido muito mais à força de seus homens e a abundância de terras férteis e baratas, do que à sabedoria dos legisladores de suas metrópoles, pois, estes fizeram de tudo para desviar as colônias do seu curso natural, com a sanção de leis coloniais que inibiam ou proibiam que estas comercializassem com os demais países, ou através da concessão de monopólio comercial às companhias coloniais. Tanto é que, onde esses colonos tiveram o mínimo de liberdade, como nas colônias inglesas na América, eles obtiveram um progresso muito maior, às vezes maior até que de suas metrópoles.

3.4.2. Os Sistemas Agrícolas, ou os Fisiocratas

Diferentemente do sistema comercial, o sistema dos fisiocratas não foi adotado como política de governo em nenhuma nação do mundo. Ele permaneceu apenas como puramente especulativo, por isso seus erros não fizeram mal algum, diferentemente dos mercantilistas.

Os fisiocratas consideram a terra como única fonte de riqueza de uma nação. A sociedade dividia-se em três classes: os proprietários de terra; os cultivadores e agricultores; e os artífices, comerciantes e manufactureiros.

Aos primeiros, além da propriedade da terra, cabe arcar com as despesas (*despesas fundiárias*) que eventualmente se faça em melhorias da terra, como, a construção de infra-estrutura para a propriedade e tudo o que venha a melhorar os meios pelos quais os cultivadores retiram a riqueza da terra. Essas melhorias na terra rendem aos cultivadores um aumento de receita, que será paga aos proprietários pelas despesas realizadas.

Os cultivadores arcam nesse sistema com as despesas (*anuais e primitivas*) relativas a compras de insumos e mão-de-obra, para que possam trabalhar no cultivo da terra. Essa classe recebeu o honroso nome de *classe produtiva*, pois são os únicos, que depois de realizarem seu trabalho, conseguem ainda gerar uma reprodução do capital investido, sendo essa renda repassada aos proprietários na forma de renda da terra.

Os artífices, comerciantes e manufatureiros são considerados pelos fisiocratas como *classe improdutiva*, pois o trabalho deles apenas repõe o capital que eles mesmos empregaram no seu negócio. O único meio de eles conseguirem aumentar a sua riqueza é por meio da parcimônia, ou seja, consumir menos do que os fundos necessários à sua própria subsistência.

Sendo os comerciantes, artífices e manufatureiros uma classe improdutiva, a dedução lógica que se poderia tirar desse sistema é que os governantes deveriam incentivar ao máximo a agricultura e desestimular os demais setores. Todavia, os fisiocratas identificavam que a classe improdutiva deve exercer uma série de funções, que fariam com que a classe produtiva pudesse concentrar-se melhor na produção de alimentos. Com isso, o legado que eles deixam aos legisladores para levar uma nação à paz e a opulência, nas palavras de Smith é:

O estabelecimento da perfeita justiça, da perfeita liberdade e da perfeita igualdade é o segredo extremamente simples para se garantir às três classes, de maneira eficaz, o mais alto grau de prosperidade (Smith 2003, p. 851).

Smith faz diversas críticas ao sistema fisiocrata, principalmente por eles terem atribuído às manufaturas um caráter improdutivo, cuja classe improdutiva, para Smith, seria outra como já vimos no item 3.2.10. Todavia, Smith entra em uníssono com os fisiocratas no que diz respeito às medidas que o soberano deveria adotar para levar uma sociedade à opulência. Segundo eles, seria respeitando o sistema de liberdade natural que:

De acordo com o sistema de liberdade natural, o soberano tem apenas três deveres a cumprir; decerto, três deveres de grande importância, mas claros e compreensíveis ao bom senso: primeiro, o dever de proteger a sociedade da violência e da invasão de outras sociedades independentes; segundo, o dever

de proteger, na medida do possível, todo membro da sociedade da injustiça e opressão de qualquer outro membro, ou, antes, o dever de instituir uma rigorosa administração da justiça; terceiro, o dever de erigir e manter certas obras públicas que jamais algum indivíduo ou um pequeno número de indivíduos terão interesse em erigir e manter, porque jamais o lucro poderia reembolsar a despesa (Smith 2003, p. 874).

Após definir como seria esse sistema de liberdade natural, baseado na doutrina dos *fisiocratas*, Smith analisa no livro V quais seriam as atribuições do estado de acordo com esse sistema de liberdade natural e como essas despesas deveriam ser custeadas, e quem deveria arcar com essas despesas. Esses aspectos serão analisados no próximo item.

3.5. O Estado para Adam Smith

A concepção de estado de Adam Smith é bastante difundida. Ele prega o que ficou conhecido como o estado mínimo, cujas bases seriam o sistema de liberdade natural apresentado no capítulo anterior. Todavia, estado mínimo não quer dizer um estado fraco, cujas funções seriam tão limitadas que ele quase inexistiria, pois, para Smith, existem funções que só poderiam ser exercidas pelo estado. Funções estas, que iremos analisar no primeiro item desse capítulo. Essas funções compreendem a defesa, justiça, educação de jovens e adultos, obras públicas que estimulem o comércio, gastos com a manutenção da dignidade do soberano (esse último item devido sua particularidade, não será tratado). Em abordaremos os meios que um governo deve dispor para arrecadar os fundos necessários para suas manutenção. Concluiremos com uma breve análise da questão da dívida pública.

3.5.1. As Atribuições do Estado

A primeira atribuição do Soberano é garantir da segurança dos seus cidadãos contra a agressão externa. Para isso, o Estado deve ser incumbido da defesa contra as ameaças externas de uma outra nação. Para esta defesa, Smith examina duas hipóteses. A primeira seria a constituição de um exército de milícia, onde todos os cidadãos

estariam preparados para a defesa da nação¹¹. A segunda seria a constituição de um exército regular, onde apenas uma parte dos cidadãos receberia treinamento militar, constituindo assim um corpo militar permanente. Smith considera a segunda hipótese mais adequada para uma nação civilizada, onde a divisão do trabalho é maior, propiciando que parte dos cidadãos se dedique inteiramente a essa função. Mas também vê o exército permanente como uma ameaça a liberdade, como foi o caso dos exércitos de Júlio César, que destruíram a República Romana.

O segundo dever do soberano é proteger cada membro da sociedade da injustiça dos membros da própria sociedade, ou seja, a segunda função do Estado é garantir uma administração razoável da justiça. Para isso, a administração da Justiça deve, necessariamente, ser separada do poder Executivo. Além disso, os magistrados devem ter autonomia financeira, que poderia vir da cobrança dos serviços prestados ou de algum fundo público.

O terceiro dever do soberano é a manutenção e construção de obras públicas, que a despeito da sua utilidade e benefício para a sociedade, não apresentam lucro considerável; o que repele os indivíduos a investir nelas. Assim, as despesas com a construção da infra-estrutura necessária para facilitar o comércio (estradas, pontes, canais, etc.) que não encontrassem investidores, ficaria a cargo do Estado; entretanto, sua manutenção poderia ser paga pelos usuários dessa infra-estrutura através da cobrança de pedágios.

O motivo que leva Smith a considerar a educação da sociedade como necessária, nasce do fato que, em sociedades civilizadas, o aumento da divisão do trabalho leva as pessoas a exercerem cada vez menos funções. Sua atividade laboral se resume a duas ou três funções repetidas indefinidamente, o que lhe inibe toda e qualquer inventividade, causando o entorpecimento de seu espírito:

O entorpecimento de seu espírito o torna não apenas incapaz de apreciar uma conversa racional ou participar dela, como também de participar de qualquer sentimento generoso, nobre ou terno, e conseqüentemente de formar algum juízo justo a respeito de muitos dos deveres comuns da vida privada (Smith 2003, p.989).

¹¹ Como exemplo de exército de milícias, Smith utiliza os soldados americanos que estavam lutando na guerra da independência e deles comenta “Caso a guerra na América prolongue por mais uma campanha, a milícia americana acabará por se converter sob, todos os pontos de vista, num rival à altura daquele exército permanente” (2003 p. 890). Alguns anos depois de Smith ter escritos essas linhas, a milícia americana prova o seu valor e os Estados Unidos da América se torna independente.

Para evitar que o “grande corpo do povo” seja constituído de uma massa de néscios, o que causaria uma corrosão da ordem social e o declínio dessa civilização, Smith propõe que o conjunto da sociedade arque com uma parte da instrução dos cidadãos das classes menos favorecidas. Entretanto, ele faz uma ressalva ao considerar que, o total dos rendimentos dos professores não deveria ser pagos pelo estado, pois os mestres sem um sistema de incentivo, cujos rendimentos se baseassem na sua própria capacidade de atrair alunos, cairiam na morosidade.

3.5.2. Fontes de Receita para o Estado e a Dívida Pública

Após exame das atribuições do Estado, Smith se detém na questão de como o Estado arrecadará os fundos necessários para suas despesas, estabelecendo alguns princípios que deveriam ser considerados para uma justa tributação. Em seguida reflete sobre as causas do endividamento público e as formas que deveriam ser utilizadas para quitar essas dívidas.

Assim como a renda da sociedade é dividida em três partes, a tributação também deveria ser dividida em três partes, deveria haver impostos incidentes sobre o lucro, a renda da terra e o trabalho; além dos impostos incidentes sobre toda espécie de rendimentos, que seriam os impostos sobre o consumo. Para a tributação ser equânime, deveria seguir quatro princípios básicos. Os tributos deveriam ser proporcionais à capacidade de cada cidadão, ou seja, serem correspondentes à renda de cada indivíduo. Segundo, eles devem ter regras fixas e transparentes, e de modo algum, devem ser cobrados de maneira arbitrária. Terceiro, eles devem ser cobrados na data e do modo que for mais conveniente aos contribuintes. Finalizando, a tributação deve ser de tal modo planejada, que seu custo de cobrança não seja elevado; além do que, a tributação não deve ser iníqua, ao ponto de alterar a ordem natural dos investimentos, desencorajando investimentos em determinados ramos de atividade.

Todavia, além da justa administração tributária ser uma característica tão volúvel em nossos governantes, também o é a parcimônia. Por isso o caráter faustoso de nossos governantes os leva a dissipar os recursos públicos em obras frívolas ao invés de poupar para tempos austeros. Com isso, em tempos de guerra, os governos se vêem sem poupança para arcar com os custos do conflito. Tendo assim, que buscar recursos com

particulares ou com outras nações, causando o endividamento público. E para quitar essas dívidas causadas pela prodigalidade do soberano, o Estado deve elevar a tributação sobre seus súditos, causando assim uma transferência de recursos do setor produtivo da sociedade para o improdutivo, e o conseqüente empobrecimento da mesma.

Deste modo, Smith finaliza sua obra fazendo aos soberanos as mesmas recomendações que fez aos cidadãos. Ele recomenda aos soberanos que ajam com parcimônia, tanto na fruição dos fundos públicos, quanto na sanção de leis, pois a ordem e opulência de uma nação não é medida pela quantidade de leis, mas sim, pela consonância destas com as leis naturais. Além de elas nos fazer agir naturalmente de maneira correta, como vimos na exposição da *Teoria dos Sentimentos Morais*, elas (as leis naturais) também fazem com que as nações sigam naturalmente o reto caminho para o progresso.

3.6. Considerações Finais Sobre a Riqueza das Nações: A Busca pelo Interesse e a Mão Invisível como Fios Condutores da Ordem Econômica

Adam Smith na *Riqueza das Nações* coloca a teoria econômica em um novo paradigma, pois, apesar de sua obra não primar pela originalidade, os conceitos e mecanismos ali contidos já estavam presentes em seus antecessores (nos fisiocratas, em Mandeville, em diversos autores do iluminismo inglês, etc.). A ela deve-se o mérito de reunir as mais diversas contribuições, organizando, o que antes era um conjunto de hipóteses soltas ao vento, e reunindo-as num todo fechado em si. Mas, para se compreender o verdadeiro sentido da obra é necessário sair das meras relações causais dos mecanismos de mercado e se aprofundar na análise das relações humanas, que permeiam a obra, além de contextualizar seus mecanismos na cosmovisão de Smith.

Adam Smith foi muito influenciado pelo jusnaturalismo defendido por seu mestre Hutcheson, pelo empirismo de seu amigo Hume e pela possibilidade de aplicar-se o método de Newton na explicação dos fenômenos sociais. Ele via os fenômenos econômicos, assim como os princípios morais, como manifestação de uma ordem natural que governaria toda a realidade, seria inteligível, e que poderia ser expressa através de um conjunto de relações causais, visão de mundo semelhante a do estoicismo

cujo caminho para sabedoria (o bem-viver) corresponderia exatamente a seguir corretamente as Leis da Natureza. Esta concepção é semelhante a do “Autor da Natureza”, que também era responsável na Teoria dos Sentimentos Morais pelo bom governo de nossas ações.

Assim, a busca pelo seu próprio interesse deixa de ser uma fraqueza humana, e passa a ser o atributo humano responsável pela nossa preservação, como Smith deixa claro na passagem abaixo da Teoria:

Não estamos dispostos a suspeitar que a alguém falte egoísmo. Esse não é, de maneira alguma, o lado fraco da natureza humana, nem aquele cuja falta deve nos parecer suspeita. (...) Desaprova-se universalmente a despreocupação ou falta de economia, todavia não porque procederia de falta de benevolência, mas de falta de atenção apropriada aos objetos de interesse próprio (Smith, 1999 p. 378).

Esse mesmo amor-próprio que preserva a vida humana na Teoria é o mesmo que governa a parcimônia do homem na Riqueza das Nações, e o fará procurar sempre melhorar de vida:

Ao contrário, o princípio que leva a poupar é o desejo de melhorar nossa condição, um desejo que, embora comumente calmo e isento de paixão, herdamos do seio materno e nunca nos abandonará até a sepultura (Smith, 1996 p. 342).

Na Teoria existe o princípio da *sympatia*, que governa e controla nossas paixões, com o objetivo de atrair a aprovação do espectador imparcial. Na Riqueza das Nações, o mecanismo da mão invisível desempenha o papel harmonizador das paixões humanas, pois, por mais que os interesses dos indivíduos o façam quererem buscar riquezas, o mecanismo da mão-invisível fará com que parte dessa riqueza seja distribuída para toda sociedade.

2ª PARTE: “DAS ADAM SMITH PROBLEM”, SERIAM AS TESES DE ADAM SMITH ANTITÉTICAS OU NÃO?

Como vimos na primeira parte, Smith na Teoria dos Sentimentos Morais (TSM) harmoniza o caos potencial das paixões humanas desvelando o princípio da simpatia, que naturalmente nos faria refrear nossas paixões, para sermos aprovados pelos outros. Na Riqueza das Nações (RN) teríamos a busca pelo interesse individual como motor propulsor do progresso da sociedade, onde o indivíduo seria “levado como que por uma mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções” (Smith 1996, p. 438), e deste modo, buscando apenas seu próprio interesse, melhorariam a vida de toda a sociedade.

Parte-se do pressuposto de que das duas teses de Smith surgiram duas interpretações de sua obra. O que ficou conhecido como *Das Adam Smith Problem*, assim denominado pela Escola Histórica Alemã, na segunda metade do século XIX, e que foi um dos problemas onde grandes quantidades de papel foram gastos para debatê-lo. As leituras da obra de Smith podem ser divididas basicamente em dois pólos. A primeira leitura consiste nas idéias de que as duas obras seriam antitéticas; na TSM os homens, agindo sob influência da simpatia, adquiririam um caráter altruísta, o que daria coesão à sociedade; já na segunda obra, os homens, sob influência dos seus afetos egoístas, buscariam apenas seus próprios interesses, o que produziria o bem comum, e assim, a esfera econômica poderia ser independente da esfera moral. A segunda leitura da obra de Smith busca resgatar a unidade entorno da mesma e, conseqüentemente, reconciliar a filosofia moral com a economia, nela os aspectos revelados pela Teoria seriam de fundamental importância para se entender a ordem econômica.

Entre partidários da tese de que haveria uma ruptura no pensamento do autor, podemos incluir os historiadores do pensamento econômico, e assim como a visão do *Homo oeconomicus* institucionalizada pela economia neoclássica, em ambos os casos essa adesão à tese da ruptura é muito mais involuntária do que voluntária; eles simplesmente tendem a desconsiderar a primeira obra de Smith e analisam apenas suas contribuições econômicas. Entretanto, ao analisarmos as teses dos partidários da teoria da ruptura, optamos por não escolher essa visão estereotipada pelos economistas.

Preferimos adotar a análise que o antropólogo francês Louis Dumont faz do que ele chama de ideologia econômica, ideologia esta, que teria sua gênese em Adam Smith com a publicação da Riqueza das Nações. Essa opção foi feita devido ao próprio caráter da obra de Dumont, que se propõe a compreender como que se deu a passagem da sociedade tradicional, onde as relações que promoviam a coesão social ocorriam entre homens; para a sociedade moderna, onde as relações são estabelecidas entre homem e coisas, ou seja, as relações humanas se reduziram às relações econômicas.

A tese de que as duas obras de Smith, além de não serem antitéticas, seriam complementares, vem ganhando força nos últimos anos. Eles partem da tese de que, para compreendermos a amplitude da revolução realizada por Smith na explicação dos fenômenos sociais, seria necessário entender a conexão existente entre sua filosofia moral e sua economia política. Entre os diversos partidários dessa tese, optamos pelo trabalho de Jean-Pierre Dupuy, que com uma crítica minuciosa, desconstrói os argumentos de Dumont e Albert Hirschman. Dupuy, partindo do conceito de simpatia, lança novas luzes sobre o “egoísmo”, que moveria o homem da esfera econômica. E assim, procura restabelecer a ponte entre as ciências econômicas e a filosofia moral.

Feita a análise dessas duas teses sobre a obra de Smith, finalizaremos o presente trabalho com considerações finais sobre a unidade ou não na obra de Adam Smith.

4. ADAM SMITH COMO O FUNDADOR DA IDEOLOGIA ECONÔMICA (A RUPTURA DA ECONOMIA COM A POLÍTICA E COM A MORAL): ANÁLISE DE LOUIS DUMONT

4.1. Posição do Problema

O objetivo de Louis Dumont na obra *Homo Aequalis*¹² é esclarecer a nova sociedade moderna, tendo como contra ponto a sociedade tradicional hierarquizada¹³; e entender como que se deram as mudanças nos valores do Ocidente cristão, que ao longo desses últimos séculos mudaram completamente o modo do ser humano se observar. Para isso, ele faz um estudo da gênese e da plenitude da ideologia econômica. Ideologia esta, que segundo o autor, tem sua gênese com a publicação da obra *A Riqueza das Nações* de Adam Smith e sua plenitude em Karl Marx.

A partir desta questão, Dumont realiza uma série de cortes na história do pensamento moderno, que abarca os mais variados autores, e tenta descobrir o caminho que foi percorrido pelo homem moderno até a sua plenitude. No decurso do caminho, Dumont identifica em Quesnay, Locke e Mandeville os elementos que levaram Adam Smith a realizar uma radical guinada no seu pensamento. Com a publicação da *Riqueza das Nações*, Adam Smith realiza uma ruptura em seu pensamento, bloqueando o alcance da Teoria dos Sentimentos Morais na esfera econômica, pois na *RN*, ele elaboraria uma concepção de homem, que estaria totalmente isolado da moralidade, entretanto, o que não impediria a coesão social, ou seja, o homem da Riqueza (guiado pelo egoísmo) seria a antítese do homem da Teoria (que age segundo o princípio da simpatia). Iremos analisar a seguir essa interpretação particular que Dumont apresenta da totalidade da obra de Smith.

4.2. A Ideologia Moderna: a Sobreposição do Econômico ao Político e ao Moral

¹² Do Latim: Homo: Homem; Aequalis: Igual, Nivelado.

¹³ Dumont trata a sociedade Hierarquizada no livro: DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações*. São Paulo: EDUSP, 1992.

Para entendermos o lugar que Adam Smith ocupa na história das idéias, segundo Dumont, como quem pariu a ideologia moderna, é necessário esclarecer quais são as características da ideologia moderna e como ela se formou. Entretanto, antes de partirmos aos esclarecimentos, é necessário fazermos uma pequena ponderação sobre o objeto de estudo da obra de Dumont (ideologia). Como o próprio autor afirma:

Sem entrar muito a fundo nos problemas de método, faz-se necessário precisar nosso objeto, seja a ideologia em geral, e, em particular, aquilo que denominei, resumidamente, “ideologia econômica”, (...) Nossa definição de ideologia é deliberadamente vaga: chamo de ideologia o conjunto de idéias e valores – ou representações – comuns em uma sociedade ou correntes em dado meio social (Dumont 2000, p.29).

Portanto, questões opondo ideologia de um lado e ciência, racionalidade, verdade, filosofia de outro; não estão em questão, pois a verdade ou a falsidade de uma preposição tem muito pouco a ver com a forma que essa preposição é representada pelo conjunto da sociedade, em outras palavras, a forma que ela é absorvida pela ideologia do mais reles mortal. Então, as questões relativas às ciências econômicas passam ao largo, o que lhe interessa é “a história das idéias” e como essas entraram no imaginário da população, principalmente nas sociedades modernas, ou seja, como as idéias ajudaram formar a ideologia moderna (econômica).

A sociedade moderna surge em contraposição às antigas sociedades hierarquizadas, cujo valor supremo era a submissão à hierarquia (como exemplo o autor cita: Índia, China e Japão). Já a sociedade moderna, tem como valor supremo o igualitarismo (temos como exemplo todas as sociedades ocidentais, respeitando em cada uma, suas idiossincrasias). Outro contraste entre elas é que nas sociedades tradicionais se valoriza a ordem, ou a conformidade de cada elemento com o todo, o que o autor chama de *holismo*. Já nas sociedades modernas, o ser humano individual está no centro do universo, e como tal é igual a qualquer outro, e é livre, o que o autor chama de *individualismo*.

Juntamente com a modernidade, também surge uma metamorfose das relações humanas, um novo modo de interpretar os fenômenos humanos. Essa nova categoria denominada de “econômico”, é uma categoria na qual as relações entre homens deixam de ter importância em detrimento das relações entre homem (nesse caso no singular) e coisa. Categoria, que para se constituir numa ciência autônoma, necessitava ter como objeto de estudo um domínio separado das demais questões humanas (política, sociologia etc.), ou seja, deveria apresentar uma coerência interna. Além dessa

coerência interna, que lhe garantia sua distinção das demais ciências, a economia também necessitava tornar-se independente das intervenções das demais esferas do conhecimento, pois se, apesar de sua coerência interna, a economia tivesse efeitos perniciosos na sociedade, ela facilmente seria alvo de ações da esfera política para corrigir esses efeitos perniciosos. Por isso, além de sólidas ligações internas, a economia deveria se orientar para o bem comum. Essa dupla necessidade foi obtida com dois postulados elaborados por Smith; o agente que age buscando seu próprio interesse (egoísmo), e que buscaria agir racionalmente com o propósito de maximizar seu bem estar, conhecido pela escola neoclássica como *homo oeconomicus*; e o mecanismo da *mão invisível*, que produziria automaticamente a harmonização dos todos os interesses individuais, e iria orientá-los ao bem comum. Assim, a economia se manteria fora da influência da moral tradicional e das interferências políticas, e incorporaria uma moral própria, baseada na busca de nossos interesses, que promoveriam o bem comum; e uma ordem política própria que basearia as relações econômicas nos princípios do *laissez-faire*.

O surgimento da economia como disciplina independente, e principalmente como categoria nova para a análise da realidade social distinta das demais, está intimamente ligado à publicação da obra a *Riqueza das Nações* de Adam Smith. Entretanto, os elementos utilizados para essa guinada de Smith lhe são precedentes, como a mudança de paradigma, que constitui conceber as trocas como mutuamente vantajosas, e assim firmar a economia como um jogo de soma sempre positiva, onde ambas as partes sairiam vencendo, em contraposição a idéia mercantilista de que as riquezas seriam estáticas, e que cada um deveria lutar para reter o máximo possível de riqueza para si. Essas noções já estavam presentes em Quesnay, Mandeville, Locke, entre outros. Ele apenas dá o toque final, ao agrupar as contribuições desses diversos autores, e conceber a economia como um todo, uma ordem harmoniosa e voltada para o bem comum.

Nesse contexto, de formação de um novo modo de interpretar a realidade humana, é que Dumont interpreta Adam Smith e lhe atribui o título de fundador da ideologia moderna, como veremos a seguir. Mas, realizaremos esse movimento intercalando o pensamento dos autores que contribuíram para formação de Smith. Assim, analisaremos Quesnay, que foi o primeiro a conceber a economia como um todo. Posteriormente, analisaremos Mandeville e como esse autor adequou a emergente economia com a nova moral utilitarista. Finalizaremos analisando as contribuições de Locke para o pensamento de Smith.

4.3. Autores que Influenciaram a Visão de Smith: Quesnay, A Economia como um Todo

Quesnay foi o primeiro a conceber a economia como um todo coerente, constituída de princípios interligados entre si, ou seja, pra Quesnay a economia não é mais composta de um conjunto de observações de fatos isolados debilmente ligados entre si, como era para os mercantilistas. Entretanto, ela ainda está amarrada à velha ordem (política e teológica), a economia em Quesnay ainda é dependente do corpo político.

É possível distinguir dois aspectos desta relação: de um lado Estado, o reino, fornece os limites tanto físicos quanto morais ao sistema (...). De outro lado, a Lei da Natureza, tanto moral quanto física, que Quesnay pensa estar desenvolvendo, e a lei da ordem do mundo, ordenada previamente por Deus. Assim, a ordem ou o sistema econômico depende, ao mesmo tempo, do corpo político e de uma orientação teológica global que esse sustenta sobre todos os aspectos da vida humana (Dumont 2000, p.61).

O homem, em Quesnay, ainda é dependente da natureza, tanto o é, que para os fisiocratas todas as riquezas provêm da natureza. Já para Smith, a riqueza está no trabalho, logo, ela depende apenas do homem para se realizar, o homem em Smith está liberto da natureza. Assim, Quesnay manteve uma continuidade com os escolásticos; o homem, como ser livre, ainda é dependente da natureza, e para que os assuntos humanos sigam seu curso, é desejável que os homens ajam de acordo com as leis da natureza. Já em Smith, o progresso depende exclusivamente de que os homens busquem seus próprios interesses. Quesnay serve de ponte entre o *holismo* da sociedade que se desintegra, e o *individualismo* da nova sociedade que surge. O individualismo significa para Dumont, que os indivíduos deixam de serem pensados como inseridos numa ordem superior, e passam a se verem como um microcosmo, como uma entidade auto-suficiente que se relaciona com um mundo substancializado (mundo cujas relações predominantes se dão entre homem e coisa – *Substância* – e não entre homens). Esse é o mundo que Dumont atribui a gênese a Adam Smith.

Assim, Quesnay dá o primeiro passo para a formação da ideologia econômica, ao atribuir a ela um campo de estudo independente das demais disciplinas, e fechando esse campo de estudo em um todo coerente, dando-lhe coerência interna. Passo que será de

fundamental importância para a formulação da radical guinada que Smith dá em seu pensamento com a elaboração da Riqueza das Nações. Mas, que só será possível com a emancipação da esfera econômica da esfera política e da moral, e para tal feito, eram necessários mais elementos, dados por Locke e Mandeville.

4.4. Autores que Influenciaram a Visão de Smith, Mandeville: A Economia e a Nova Moralidade

Mandeville em sua obra “Fábulas das Abelhas: vícios privados, benefícios públicos” atribui ao egoísmo todos os motivos da ação humana. Sendo que o egoísmo para Mandeville é sempre identificado como vicioso. Ele vai além, ao afirmar que as ações que pretendam o bem do próximo são baseadas no logro e vão contra o bem comum. Assim, Mandeville elabora dois princípios que estarão no cerne na ideologia econômica. O primeiro princípio é, buscando o seu próprio interesse e se preocupando apenas com a própria sorte, que o homem além de melhorar a sua própria condição melhorará a vida de toda a sociedade. O segundo princípio, e o mais radical, é identificar o bem moral com o bem material. Com isso, o caminho para a felicidade não será mais o caminho da virtude, como era para os filósofos clássicos; para Mandeville e as sociedades modernas, a felicidade consiste em seguir seus próprios interesses para, assim, obter o maior número possível de bens para sua fruição.

Essas contribuições de Mandeville foram fundamentais para que Smith realizasse a passagem da sociedade tradicional para a sociedade moderna. Com elas, Smith consegue estancar a economia da política e da moral. Segundo Dumont, isso fica evidente ao se analisar as duas obras de Smith. Na *Teoria dos Sentimentos Morais*, o indivíduo se converte em ser social pela operação da *simpatia*, e é ela que estabelece a harmonia entre as paixões humanas. Mas, com a publicação da *Riqueza das Nações*, Smith introduz uma nova esfera nas relações humanas, a esfera econômica, nela os homens são regidos pelo seu egoísmo, ou pela busca de seu próprio interesse. Esta busca desenfreada pelo seu próprio bem-estar poderia levar a sociedade à ruína, todavia, Smith, ao introduzir o mecanismo da *mão invisível*, supera essa aporia. A mão invisível, ao harmonizar os interesses e direcioná-los ao bem comum (representado na Riqueza das Nações pelo aumento da renda nacional), justificaria toda ação na esfera econômica, desde que voltada à busca de nosso próprio bem-estar, como moralmente aceitável.

Mas, a moralidade não ensina que o egoísmo deve estar subordinado a fins elevados? A mão invisível de Adam Smith realiza uma função que foi pouco notada. É como se Deus nos dissesse: “não tenha medo, minha criança, de infringir aparentemente meus mandamentos. Dispus todas as coisas de tal forma que podes justificadamente prescindir da moralidade, neste caso particular” (Dumont 2000, p.97).

Fica assim pavimentado o caminho que faz a transição da ética tradicional para a ética utilitarista, que juntamente com a promoção realizada por Mandeville da prosperidade material ao estatuto de fim moral, constitui os traços fundamentais da mudança de valores, fato que marca a transição da civilização tradicional para a civilização moderna. Esta onde, as relações humanas passam a ser fundamentadas nas relações entre homens e coisa, como veremos a seguir, ao analisarmos as contribuições de Locke na questão da propriedade e do valor trabalho para o pensamento de Smith.

4.5. Autores que Influenciaram a Visão de Smith, Locke: a Teoria do Valor Trabalho e a “Substancialização” das Relações Humanas

Locke identificava na busca pela preservação da propriedade, a origem para que os homens vivessem em sociedade. Assim, a princípio, qualquer relação humana teria como fundamento a propriedade (o significado desse termo para Locke é mais amplo que o nosso, para ele propriedade incluía a vida, a liberdade e os bens que um homem dispõe). Aqui já encontramos mais elementos da sociedade moderna, pois ao considerar a propriedade como princípio das relações humanas e sendo a propriedade originada no trabalho, vemos que as relações humanas começam a ser geridas por um novo ponto de vista, pois agora elas são intermediadas pelas “coisas” – substância – e não mais pela simples relação entre homens. E o princípio dessa relação não está mais na natureza, como era para Quesnay, pois a propriedade só depende do trabalho humano. Assim, em Locke, o homem já não depende mais da natureza para se manter vivo, e nem da sociedade, ele depende apenas do seu trabalho.

Dumont aponta nas teses de Locke outro ponto fundamental que levou o Smith da Riqueza das Nações a configurar essa guinada radical em seu pensamento, e também no modo dos indivíduos se perceberem, que ficou marcado como a guinada da sociedade tradicional para a sociedade moderna. Segundo ele, Smith, ao se distanciar de seu mestre Hutcheson sobre a teoria do valor (valor como utilidade e raridade) e se

aproximar de Locke (valor como trabalho), dá um grande passo para a configuração do homem moderno, pois Smith, ao atribuir o valor das mercadorias ao trabalho despendido para produzi-las (ao menos as sociedades pré-acumulação capitalista e apropriação fundiária¹⁴), abre o caminho para a completa identificação do valor como valor de produção, realizada pelos economistas clássicos (Ricardo e Marx), em contraposição a idéia de que o valor seria determinado pela troca, baseada nas relações humanas. Sobre essa tendência dos economistas clássicos de verem o valor de forma *substancializada* (na coisa) em detrimento ao valor subjetivo (baseado nas relações humanas) Dumont comenta:

Além disso, o aspecto “subjetivo” era contrário à inspiração fundamental destes clássicos, pois significava localizar o valor nas relações de troca *entre homens*, enquanto eles estavam preocupados em localizá-lo, cada vez mais, *nas coisas* produzidas (Dumont 2000, p. 144).

E mais adiante conclui:

O nascimento da economia implicou, de fato, num deslocamento de primazia, como vimos a partir de alguns exemplos, das relações entre os homens para as relações entre os homens e a natureza ou sobretudo entre *homem* (no singular) e *as coisa* (Dumont 2000, p. 145).

A esse processo de desumanizar as relações econômicas, que nada mais são do que relações entre homens, Dumont dá o nome de substancialização. É “a tendência de acentuar um agente ou elemento único como uma entidade que basta a si mesmo – excluindo ou subordinando outros agentes ou elementos – (...)” (Dumont 2000, p. 143). Tendência esta, que está na gênese do movimento econômico.

Sobre a ótica que Dumont analisa Adam Smith e as ciências econômicas, poderia objetar-se que ele não leva em consideração as transformações metodológicas e conceituais sofridas por ela ao longo do tempo. Entretanto, o próprio Dumont reconhece que a ciência econômica durante o seu desenvolvimento soube “libertar-se das influências ideológicas de seus começos e desenvolver um instrumental analítico livre da imputação de valor” (2000, p. 149). Porém, o seu objeto de estudo não é a ciência econômica, “mas a ideologia do mais comum dos mortais, de vocês e de mim” (2000, p. 149). Esta ideologia, que privilegia o indivíduo em detrimento do todo; e a preponderância das relações entre homem e substância, em detrimento das relações entre homens; foi impulsionada pela gênese da ciência econômica, para Dumont, não se

¹⁴ Não irei ater-me nesse campo espinhoso, que é a questão do valor para Adam Smith, mas, para maiores esclarecimentos, Dumont elabora uma ampla análise sobre essa questão no anexo final de seu livro.

alterou. As noções de que o homem singular é centro do universo, e que a nossa liberdade deve estar acima do interesse da sociedade, é tão clara para nós como o geocentrismo era para o homem medieval.

4.6 Considerações finais sobre a Interpretação que Dumont Faz de Adam Smith

O modo como Dumont interpreta Adam Smith é assaz peculiar, e é até difícil de considerar sua obra como uma interpretação de Smith. O que ele realiza realmente é uma análise da “história das idéias” e como estas foram recebidas, transformadas e incorporadas pelo homem moderno; e principalmente, como elas contribuíram para a formação deste homem. Nesta empresa, Dumont aponta em Smith a gênese da ideologia econômica (separação entre o econômico e o político, e logo com a moralidade), e sendo a ideologia um conjunto de representação por parte de uma sociedade, ela, muitas vezes, se apropria de idéias que em sua origem não tinham o significado que tem hoje.

O que podemos afirmar é que Dumont elabora na sua tese esta nova maneira de se conceber o homem, chamada por ele de ideologia moderna, e esta está diretamente ligada à emergência da ciência econômica como categoria de análise da realidade. Além disso, a economia, para se firmar como ciência autônoma, necessitava primeiramente configurar-se em um todo coerente entre si (trabalho realizado por Quesnay), e em uma segunda etapa, ela necessitava emancipar-se da política, e depois da moral. Esse caminho de emancipação seria o mesmo que levaria o filósofo Adam Smith a relativizar os mecanismos expressos na Teoria dos Sentimentos Morais, e afirmar na Riqueza das Nações que o *homo oeconomicus* e o mecanismo da mão invisível seriam suficientes para harmonizar as paixões humanas e levar a sociedade ao progresso. Dumont, ao aceitar essas preposições, assume uma visão reducionista do conjunto da obra de Smith, além de incorporar à sua obra erros na análise de Adam Smith. Erros que reduzem, limitam e cegam o real alcance da obra de Smith; além de “implodirem” a ponte que Smith constrói entre as ciências econômicas e a moralidade, como veremos a seguir quando analisarmos a tentativa de reconstrução da totalidade da obra de Smith, feita por Jean-Pierre Dupuy.

Entretanto, isto não tira o mérito da obra de Dumont, pois, como ele mesmo afirmou, seu objeto de estudo não é a economia, mas sim a história das idéias e como

essas entraram para o imaginário da população, formando uma forma inteiramente nova de conceber o homem, chamada por ele de ideologia moderna.

5. ADAM SMITH COMO ELO PERDIDO ENTRE A ECONOMIA E A MORAL: ANÁLISE DE JEAN-PIERRE DUPUY

5.1. Posição do Problema

O ponto de partida de Jean-Pierre Dupuy em seu ensaio “*A Emancipação da Economia em Relação à Moral: Adam Smith*” é uma crítica a tese levantada por Dumont, Hirschman e outros comentadores de Smith. Crítica segundo a qual, a economia, para se constituir em uma ciência autônoma e lhe conferir um domínio próprio em separado das demais disciplinas, necessitava romper com a moral; ciência a qual remonta suas origens. O caminho realizado pela economia também seria o mesmo que levaria o filósofo moral Adam Smith a conceber na Riqueza das Nações um domínio para economia independente da moralidade. Tese que ficou conhecida como teoria de *reviravolta*, e que se baseia na idéia da oposição entre o princípio da *simpatia* (que ordenaria a esfera moral na Teoria) e o *egoísmo* (que ordenaria a esfera econômica na Riqueza).

Entretanto, para Dupuy, como veremos a seguir, esta tese; além de inexata, pois é baseada numa série de erros de interpretação; reduz o alcance da “revolução smithiana” e impede a reaproximação entre economia e a moral.

5.2. A Verdadeira Lógica da Simpatia

Para resgatar a unidade em torno da obra de Adam Smith, Dupuy defende que o princípio que possibilitaria essa articulação seria a *simpatia*. Por isso, o desenvolvimento de sua tese se dá em torno da obra Teoria dos Sentimentos Morais e de uma nova concepção do conceito de *simpatia*. Nessa empresa, Dupuy retifica uma série de erros, e principalmente omissões dos partidários da teoria da *reviravolta*; como tomar *simpatia* e *benevolência* como sinônimas e opor-las ao *self-love*¹⁵. Essa tendência

¹⁵ Seguirei os passos de Dupuy e também não traduzirei esse termo agora, pois sua explicação é de fundamental importância para a tese que Dupuy levanta. Por isso, ele será tratado em um item à parte, para que possamos compreender o lugar de grande destaque que Smith dava em sua obra ao “self-love” e como esse se diferencia do “self-interest”.

era reforçada pela proximidade entre Smith e seu mestre Hutcheson, que defendia haver na humanidade uma tendência inata para a benevolência universal.

Todavia, Smith rompe com seu mestre ao afirmar que de todas as paixões a mais forte seria o *self-love*, cabendo à *benevolência* o título de valor moral superior, mas desempenhando nas questões humanas apenas um papel de coadjuvante em relação à primeira. Assim, o *self-love*, e não a *benevolência*, nos impeliria a realizar ações virtuosas. Essa afirmação à primeira vista pode parecer estranha, mas é necessário relembremos que é aqui onde está a sutileza do pensamento de Smith que Dupuy consegue captar, que o homem para Adam Smith não se constitui em um ser completo, pois sua felicidade depende da aprovação dos outros, e necessita que os outros simpatizem com ele. É o que Smith chama de prazer da mútua simpatia.

Nesta incompletude do ser humano reside toda a trama que através da *simpatia* une os seres humanos, e fornece a coesão que transforma a sociedade humana em um todo harmonioso. Por isso, é necessário, como afirma Dupuy, analisarmos como a *simpatia* se relaciona com a imaginação.

Para compreender a originalidade do conceito smithiano de simpatia, deve ver-se que se enraíza dentro de uma visão muito moderna da sociedade, que põe em primeiro plano a radical solidão dos seres, a distância irredutível que os separa e que só pode ser eliminada no imaginário (Dupuy 1999, p.203).

O sujeito de Smith está encarcerado em sua própria sensibilidade, mas devido a sua profunda solidão, necessita simpatizar e ser simpatizado, se relacionar afetivamente, com os outros seres humanos; não podendo sair prisão que ele o é. O único modo dele simpatizar é “evadir-se de si mesmo” e imaginar-se no lugar de outrem. Assim, com o processo de imaginação, o sujeito smithiano julga suas próprias ações, não com seu próprio ponto de vista, mas com o de outrem; ele põe-se no lugar do espectador e também julga as ações dos outros, não com seus próprios olhos, mas com os olhos do próprio ator¹⁶, sem na verdade nunca abandonar a si mesmo. Tal movimento, não cessa nunca e nunca se completa, pois podemos participar das sensações dos outros apenas em imaginação, nunca em carne e osso. “Aliás, prossegue, como conceber de outro

¹⁶ Esse tipo de argumentação era bastante conhecido por Smith e seus contemporâneos, e surge como explicação das paixões que temos ao apreciar um espetáculo trágico. Nela, a ordem social é vista como um palco de teatro, onde cada participante ocupa uma dupla função, espectador e ator; cada sujeito vê suas ações como se estivesse encenando uma peça de teatro, onde os espectadores participam das paixões dos atores, estes necessitam que os espectadores simpatizem com suas paixões, sendo que no jogo da moralidade pelo processo de imaginação essa função é constantemente alternada. Transformando assim, segundo (Ganem 1998, p. 24), “toda a Teoria dos Sentimentos Morais torna-se um palco de teatro para que a angústia das pessoas se manifeste quando essas estão colocadas sob o olhar do outro no palco: elas provocarão simpatia, elas serão aprovadas?”.

modo que um homem possa compadecer-se dos sofrimentos de uma mulher em trabalho de parto?” (Dupuy 1999, p. 231).

Deste modo, surge uma dupla função da simpatia, uma ativa e outra passiva. A simpatia passiva surge da constatação da coincidência dos sentimentos do sujeito com o espectador; ou seja, ao pormo-nos no lugar do outro, e depois voltarmos ao nosso lugar, e se assim constatarmos que existe um acordo entre nossos sentimentos; julgamos a ação correta; se constatarmos um desacordo entre os sentimentos, desaprovamos a ação do outro.

A função ativa surge do prazer que a mútua simpatia nos causa, pois, além de julgarmos os outros, também temos a necessidade que os outros simpatizem conosco. Esse mecanismo funciona como um regulador ético, pois, devido o prazer que obtemos quando os outros simpatizam com nossos atos, nós desejaremos a solidariedade do próximo, e adaptaremos nossas ações e paixões para que os espectadores possam simpatizar com elas. Com isso, a simpatia faz com que nossas paixões sejam amplificadas, ou contidas de modo a passarem sempre pelo crivo do espectador imparcial.

Deste modo, o nosso self-love faz com que necessitemos que os outros simpatizem conosco, pois essa simpatia nos é prazerosa. E assim, ele nos impele a agir corretamente. Mas, para que esse sistema seja coerente, é necessário distinguir o self-love, que é responsável pelos nossos afetos egoístas de Smith (que nos recomenda o cuidado com nós mesmos e a busca pela aprovação dos outros), do self-interest que seria mais corretamente relacionado ao egoísmo¹⁷ vicioso de Mandeville, como faremos a seguir.

5.3. A Compreensão do Termo Self-love como Amor-próprio e Não como Egoísmo

¹⁷ A diferenciação entre essas duas acepções da palavra egoísmo na língua portuguesa é bastante difícil, pois a palavra comporta ambos os significados, “egoísmo: 1) amor próprio excessivo, que leva o indivíduo a olhar unicamente para os seus interesses em detrimento dos alheios; 2) conjunto de propensões ou instintos que levam à conservação do indivíduo.” (Dicionário de língua portuguesa on-line Priberam). Sendo que, no inglês temos um termo distinto para cada significado, o que leva a Dupuy a traduzir o “self-interest” como interesse egoísta.

A idéia de que a Riqueza das Nações consistiria em uma ruptura entre Adam Smith filósofo moral na juventude e o economista maduro tem suas origens no erro de se atribuir à Teoria dos Sentimentos Morais uma idéia de uma obra que trataria da benevolência, e a Riqueza como uma obra sobre o egoísmo. Esse equívoco acontece ao interpretar o termo *self-love*¹⁸ como interesse egoísta¹⁹. No parágrafo abaixo, Ângela Ganem deixa claro a distinção que entre ambos:

Dupuy retoma essa idéia da complexidade da noção de interesse privado e sublinha a importância da noção de amor-próprio por detrás do interesse. O *self-interest* é auto-referenciado e define a capacidade isolada do calculador racional que agencia meios em vista de fins. O *self-love* tira o seu reconhecimento do olhar do outro e pode reconciliar interesse próprio com o outro. A busca da riqueza privada ou ganho material, ou desejo de melhorar a sua própria condição são frutos da vontade de atrair a aprovação dos outros e longe de criar laços nocivos à estabilidade social criam relações passionais estáveis (Ganem 1999, p. 115).

Deste modo, o *self-interest* estaria de acordo com a noção do *homo oeconomicus* da teoria neoclássica, que agiria racionalmente de maneira autista, com o único intuito de obter o máximo ganho em um sistema econômico equilibrado e harmonioso. Mas de maneira nenhuma pode ser confundido com o homem que age por amor-próprio, que Smith descreve na sua obra. O homem que Smith se refere busca riquezas materiais com o mesmo objetivo que busca conter suas paixões, ou seja, a busca por riqueza tem como objetivo atrair a aprovação dos outros; ela está fundada na necessidade de que os outros simpatizem conosco.

Assim, o homem, que age seguindo seu amor-próprio na Riqueza das Nações, assemelha-se mais com o homem prudente, que Smith relatou na Teoria dos Sentimentos Morais²⁰, do que o egoísmo vicioso de Mandeville; e suas ações estariam perfeitamente de acordo com as regras de justiça. Como o próprio Smith deixa claro nas passagens da Teoria abaixo, onde ele define o homem prudente:

O cuidado da saúde, da fortuna, da posição e reputação do indivíduo – objetos dos quais se supõe que dependam principalmente seu conforto e

¹⁸ A melhor maneira de se traduzir o termo “*self-love*” é por amor próprio, que seria o interesse que a pessoa apresenta pela própria sorte, mas que de maneira alguma seria desprovido de qualquer valor moral.

¹⁹ A palavra que melhor representaria o interesse egoísta, que é muito relacionada como eixo condutor da Riqueza das Nações, seria: “*self-interest: the fact of somebody only considering their own interests and of not caring about things that would help other people (Oxford Dictionary, 6ª ed)*”. Entretanto, o palavra que Adam Smith emprega no original é “*self-love*”, inclusive nesta clássica passagem da Riqueza das Nações: “It is not from the benevolence of the butcher, the brewer, or the baker that we expect our dinner, but from their regard to their own interest. We address ourselves, not to their humanity but to their *self-love*, and never talk to them of our own necessities but of their advantages. Nobody but a beggar chooses to depend chiefly upon the benevolence of his fellow-citizens (Smith livro I cap. II grifo meu).

²⁰ Smith 1999, Parte IV, Seção I.

felicidade nesta vida – é considerada a empresa própria daquela virtude comumente chamada prudência (Smith 1999, p. 266).

O homem prudente é sempre sincero, e sente horror ao mero pensamento de expor-se à desgraça que se segue da descoberta da falsidade (Smith 1999, p. 267).

A primeira das três virtudes (prudência) originalmente nos é recomendada por nossos afetos egoístas (...) (Smith 1999, p. 326).

Entretanto, apesar da virtude da prudência apresentada na Teoria ser estimada e indispensável para a conservação da vida humana, ela não torna o caráter de ninguém mais elevado, para isso são necessárias virtudes mais elevadas como a *Beneficência*.

Em resumo, quando orientada meramente para o cuidado da saúde, da fortuna, da posição e reputação do indivíduo, embora considerada uma qualidade muito respeitável e até, em certa medida amável e agradável, a prudência nunca é considerada uma das virtudes mais caras e mais nobres (Smith 1999, p. 269).

Assim, pode-se considerar que o homem apresentado por Smith na Riqueza das Nações só se contrapõe ao da Teoria na medida em que na Teoria, por tratar-se de uma obra de filosofia moral, Smith trata de todos os fatores que afetam o caráter dos homens, desde o mais ordinário ao mais extraordinário. Já na Riqueza, que tem um domínio específico e por isso mesmo limitado, o homem que é relatado seria apenas um ser humano ordinário, que buscaria apenas a própria felicidade, mas de maneira alguma estaria despreendido de suas obrigações morais, muito pelo contrário, pois como sua felicidade depende de que suas paixões sejam aprovadas pelos outros; e pelo *espectador imparcial*, logo, ele, pensando apenas no seu amor-próprio, seria levado a controlar suas paixões a fim de receber a simpatia dos outros.

5.4. Considerações finais sobre a Reconciliação entre a Teoria dos Sentimentos Morais e a Riqueza da Nação

O debate sobre as obras de Adam Smith foi no campo das idéias um dos que mais rendeu controvérsias, e ainda renderá muitas mais. A obra de Dupuy é um grande trunfo para os partidários da concepção unitarista da obra smithiana, pois ele consegue, analisando minuciosamente as obras e corrigindo uma série de equívocos e omissões nas interpretações dos partidários da teoria da *reviravolta*, resgatar o sentido unitário que as mesmas têm. Esta ruptura era inexistente para o próprio Smith, que reeditou seis

vezes a Teoria dos Sentimentos Morais, sendo que a última foi no ano de sua morte, após a publicação da Riqueza das Nações; além do próprio ter sempre considerado a primeira obra mais importante.

Assim, Smith, ao considerar o amor-próprio como a paixão humana dominante e a simpatia como um fio que ligaria todos os seres humanos, constrói uma ordem social harmoniosa guiada pela *mão invisível* (que nesse caso não é apenas um operador técnico como é na teoria neoclássica, mas um operador social) obteria uma dupla vantagem; primeiro, manteria a sociedade coesa (função moral), e segundo, promoveria o progresso material da sociedade (função econômica).

Além disso, ao reconciliar o filósofo moral com o economista, Dupuy, reconstrói a ponte que na sua gênese ligava as ciências econômicas com a filosofia moral, e abre novas perspectivas para uma maior interdisciplinaridade entre a economia e a filosofia moral.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Procuramos mostrar aqui que o fundador das ciências econômicas, Adam Smith, possuía uma visão bastante distinta do que hoje os economistas consideram como Economia. Partindo da análise das obras publicadas em vida pelo autor e investigando como deu-se sua exegese, verificamos uma enorme distância separando a imagem caricata do economista defensor irrestrito das ações movidas apenas egoísmo e do *laissez-faire* e do filósofo iluminista preocupado com questões que iam desta astronomia até o caráter da virtude, que foi Adam Smith. Analisando suas obras, nos atemos as relações existentes entre sua filosofia moral e sua economia política, e como deu-se a exegese de suas obras.

Vimos na Teoria dos Sentimentos Morais como o princípio da simpatia é responsável por nossos julgamentos morais, e que o prazer que obtemos com a mútua simpatia é responsável pelo controle de nossas paixões, para que assim o espectador imparcial possa se solidarizar com elas. Além disso, vimos como a preocupação com nossa própria felicidade, nossos afetos egoístas, são indispensáveis para a sobrevivência dos homens. Já nossos afetos benevolentes, apesar de moralmente superiores, tornam o caráter de seu portador mais elevado, e não antagonizam com o nosso amor-próprio, pois nossa felicidade só é encontrada quando recebemos a solidariedade dos outros.

Na Riqueza das Nações, Smith desvela os princípios que regem a ordem econômica e como a busca pelos nossos próprios interesses impulsionam esses mecanismos para frente, cabendo a “mão invisível do mercado”, como ficou conhecido pelos neoclássicos, harmonizar esses interesses. Porém, por tratar-se de uma obra com um objeto de estudo mais restrito, a economia política é mais limitada e fechada em si. Além disso, sua leitura adquire seu verdadeiro brilho ao ser lida à luz das teses contidas na Teoria.

Por isso, no decurso do trabalho, rejeitamos as teses levantadas por Dumont, pois ele, ao proferir que Smith teria realizado uma ruptura em seu pensamento ao atribuir na Riqueza das Nações um domínio separado para economia e superior ao domínio da moral e ao da política, e com isso fundar o que chama de ideologia moderna; ele assume uma série de equívocos, como ao atribuir ao egoísmo o mesmo estatuto ontológico que a simpatia, não diferenciando a segunda da benevolência; e assim afirmando, que na

esfera moral, a simpatia transformaria os indivíduos em seres sociais, mas que na esfera econômica, os indivíduos não necessitariam mais serem seres sociais, pois a mão invisível automaticamente harmonizaria seus interesses e os levaria a promover o bem comum. Todavia, vimos que a obra de Dumont vai muito além da mera recensão das obras de Smith; e que esses erros de interpretação, em certa medida, até reforçam a tese central de Dumont, ao invés de enfraquecê-la, pois seus erros nada mais são do que uma repetição dos equívocos passados pela tradição econômica; erros esses que estão diretamente ligados à formação da ideologia econômica que Dumont analisa.

Vimos que Jean-Pierre Dupuy retifica os erros dos partidários da teoria da reviravolta com relação à compreensão do conceito de simpatia e sua relação com o amor-próprio e a benevolência, e principalmente trazendo a questão da mútua simpatia ao centro do debate, pois sendo ela o maior prazer de um homem, muito maior que os prazeres obtidos com os bens materiais, ela regularia nossas ações na esfera econômica, afim de que essas ações sejam objetos de aprovação dos outros indivíduos. Deste modo, ao invés de Smith propor uma ruptura entre a economia e a moral, Smith estabeleceria uma hierarquia ontológica, cabendo a esfera moral um posto mais elevado que a esfera econômica; restabelecendo, assim, a hierarquia ontológica entre a filosofia moral e as ciências econômicas. Portanto, poderíamos dizer que na Teoria Smith trata de todos os caracteres humanos; do mais vicioso, passando pelo ordinário, até o extraordinário; já na Riqueza, seu objeto de estudo é mais restrito; seria um típico pequeno burguês, aquele homem prudente, que se preocupa apenas em tocar seu próprio negócio, um homem ordinário.

O “admirável mundo novo”, que irrompeu diante dos olhos dos homens do iluminismo com sua nova forma de compreender o lugar do ser humano, uma resposta ao dogmatismo que o precedeu; era muito mais complexo e esplendido do que quiseram ver os economistas que sucederam Smith. A tradição neoclássica, com seu *Homo oeconomicus*, simplificou a condição humana a ponto de transfigurá-la em uma mera máquina de maximizar funções de utilidade; as relações humanas passaram a ser vistas como uma questão de custo-benefício.

Esse trabalho, longe de pretender ser a palavra final sobre a obra de Smith, pois deixamos ao largo questões polêmicas em ambas as obras, como a questão do valor, procurou ao menos ressuscitar o debate sobre a interdisciplinaridade, que desde Adam Smith, está sendo paulatinamente esquecido, a economia foi transformando-se cada vez mais numa ciência autista, presa aos modelos matemáticos e despreendida da realidade.

Na tentativa de ver as ciências econômicas como ela é, ou seja, como uma ciência social, a leitura do conjunto da obra de Smith ainda provê um material muito fértil para a análise das relações existentes entre economia e moralidade, relação esta que foi perdida. Assim, uma leitura dos sucessores de Smith pode nos fornecer a chave para compreensão dos rumos que a ciência economia tomou após a publicação da Riqueza das Nações. A leitura dos conterrâneos e amigos de Smith pode também ajudar a compreender o sentido que a economia tinha para eles.

Mesmo dentro do debate econômico moderno, Smith ainda propicia farto material para análises, e até mesmo para a análise da realidade econômica brasileira. Como na questão tributária, onde ele, além de analisar como seria um sistema tributário justo, ainda nos alerta sobre a perversa propensão dos soberanos a elevar os impostos. Ou quando relata como a prodigalidade dos administradores públicos é responsável pelo constante aumento da dívida pública, que sempre acaba sendo paga pelos súditos. Além disso, ele também trata de assuntos como os fundamentos do comércio internacional. Na tentativa de se buscar uma maior interdisciplinaridade nas ciências econômicas, a obra de Smith nos deixa bem servidos, pois podemos relacionar, além da filosofia moral, a filosofia e a ciência política, sociologia, ideologia e etc. Afinal, é devido a esse caráter basilar e universal, que determinadas obras tornam-se clássicas, como a Riqueza das Nações é para a economia.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama. *Adam Smith e seu contexto: o Iluminismo escocês*. Belo Horizonte: Textos para discussão n° 263, UFMG/Cedeplar, 2005. Disponível em <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20263.pdf>> Acesso em: 03 mar. 2006.

_____. *Sobre a Filosofia Moral de Adam Smith*. Belo Horizonte: Textos para discussão n° 292, UFMG/Cedeplar, 2006. Disponível em <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20292.pdf>> Acesso em: 21 ago. 2006.

_____. *Trabalho e troca: Adam Smith e o surgimento do discurso econômico*. Belo Horizonte: Textos para discussão n° 142, UFMG/Cedeplar, 2000. Disponível em <www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20142.doc> Acesso em: 05 jun. 2006.

DELATOUR, Albert. *Adam Smith As vie, ses travaux, ses doctrines (1886)*. In: Les Classiques des sciences sociales: Les Auteur(e)s classiques. Disponível em <http://classiques.uqac.ca/classiques/delatour_albert/adam_smith_vie_travaux/adam_s mith.html> Acesso em: 02 jun. 2006.

DUMONT, Louis. *Homo aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica*. Bauru: EDUSC, 2000. 280p.

DUPUY, Jean-Pierre. *Ética e filosofia da ação*. 1. ed. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 1999.

GANEN, Angela. *Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófica*. Revista de Economia Política, vol. 22, n° 4 (88), outubro-dezembro 2002. <<http://www.rep.org.br/pdf/88-7.pdf>> Disponível em Acesso em: 08 ago. 2006.

_____. (1999) “Economia e filosofia: tensão e solução na obra de Adam Smith”. In: Anais de las IV de Epistemologia de las Ciencias Económicas, Buenos Aires; Anais do XXVII Encontro da ANPEC, Belém, p. 617-629.

FERRATER MORA, José. Hutcheson, Francis; Hume, David; Simpatia; Smith Adam. In: FERRATER MORA, Jose. *Diccionario de filosofia*. Madrid: Alianza, 1981.

- HEILBRENER, Robert L. *Introdução à história das idéias econômicas; grandes economistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- HIRSCHMAN, Albert O. *As paixões e os Interesses: argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HUME, David. *Tratado da natureza humana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- NEWTON, Isaac. *Princípios matemáticos; Óptica; O peso e o equilíbrio dos fluidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- REALE, Giovanni. *Historia da filosofia antiga*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002 3 v.
- ROSS, Ian Simpson. *Adam Smith: uma biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Fundamentos do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- SCHUMPETER, Joseph Alois; SCHUMPETER, Elizabeth Boody. *Historia del analisis economico*. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1971.
- SMITH, Adam. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of Nations*. Edinburgh, 1776. On line edition: Adam Smith Institute 1995 – 2005. Disponível em: <http://www.adamsmith.org/smith/won/won-index.html>> Acesso: 11 ago. 2006.
- _____. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, 1 v.
- _____. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 2 v.
- _____; STEWART, Dugald. *Teoria dos sentimentos morais: ou, Ensaio para uma análise dos princípios pelos quais os homens naturalmente julgam a conduta e o caráter, primeiro de seus próximos, depois de si mesmos, acrescida de uma Dissertação sobre a origem das línguas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____; The Theory of the Moral Sentiments. Edinburgh, 1759. Online edition: Adam Smith Institute 1995-2005. Disponível em: <<http://www.adamsmith.org/smith/tms/tms-index.html>> Acesso: 11 ago. 2006.